

MAIS TEMPO

Prazo para entrega do IR é prorrogado

A Receita Federal prorrogou para o dia 31 de maio de 2022 o prazo final para a entrega da declaração de ajuste anual do Imposto de Renda, que tem como base os rendimentos obtidos no ano de 2021. A nova data consta da

Instrução Normativa nº 2.077, publicada no Diário Oficial da União de ontem. O prazo previsto anteriormente era 29 de abril. De acordo com a Receita, objetivo da prorrogação é diminuir eventuais efeitos da pandemia

da covid-19 que possam dificultar o preenchimento e envio das declarações, "visto que alguns órgãos e empresas ainda não estão com seus serviços de atendimento totalmente normalizados". **PÁGINA 2**

MEC

PEDRO LADEIRA/FOLHAPRESS



SERASA

Brasil volta a somar mais de 65 milhões de inadimplentes

O Brasil registrou 65,2 milhões de consumidores inadimplentes em fevereiro, divulgou ontem a Serasa. Essa marca não era atingida desde maio de 2020, no início da pandemia da Covid-19. Esses cidadãos têm R\$ 263,4 bilhões em dívidas negativadas (em atraso). Apenas em fevereiro, o número de inadimplentes subiu 0,54%. Ca-

da brasileiro deve, em média, R\$ 4.042,08. A estatística se baseia no fato de que cada número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) tem, em média, 3,4 dívidas ativas. Em relação ao perfil dos inadimplentes, os homens representam 50,2% dos devedores, contra 49,8% das mulheres. **PÁGINA 2**

BEM CONTRA MAL

PEDRO LADEIRA/FOLHAPRESS



Prefeitos confirmam pedidos de propina

Em depoimento a senadores, prefeitos de diferentes regiões do país confirmaram indícios de tráfico de influência na distribuição de verbas do FNDE, citando reunião na casa do ex-ministro Milton Ribeiro (foto), a participação de pastores na intermediação e pedido de propina em ouro. O pedido foi confirmado pelo prefeito de Luís Domingues (MA), Gilberto Braga (PSDB), segundo quem um dos pastores cobrou "um quilo de ouro" em um restaurante de Brasília. Já José Manoel de Souza, de Boa Esperança do Sul (SP), disse que a liberação de recursos para uma escola profissionalizante foi condicionada ao adiantamento de R\$ 40 mil "na conta da igreja evangélica". A Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado realizou ontem uma audiência para ouvir prefeitos que apontaram as irregularidades nas negociações. **PÁGINA 9**

Bolsonaro volta a incitar militares contra democracia

Em evento com militares no Palácio do Planalto, o presidente Jair Bolsonaro (PL) (foto) voltou a falar em disputa do "bem contra o mal" e citou a possibilidade de "sacrifício da própria vida" em nome da pátria. "Se a pátria um dia voltar a nos chamar, por ela tudo faremos. Até mesmo em sacrifício da própria vida", disse o presidente ontem. Sem citar as eleições, Bolsonaro voltou a afirmar que há uma disputa do bem contra o mal no Brasil. "O bem sempre venceu e vencerá também essa batalha que temos pela frente", disse, sem detalhar a que tipo de batalha se referia. O presidente participou de cerimônia de cumprimento aos oficiais-generais promovidos. Bolsonaro fez diversos agradecimentos às Forças Armadas e se cercou de militares durante o seu governo. O general Walter Braga Netto, ex-ministro da Defesa, filiou-se ao PL com a expectativa de ser vice na chapa do mandatário neste ano. Na última sexta-feira, Bolsonaro participou da posse do novo ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, e do novo comandante do Exército, Marco Antônio Freire Gomes. Em discurso na ocasião, disse que há decisões que fogem do político e vão para o militar. **PÁGINA 9**

MONTADORA

Toyota vai fechar fábrica em São Bernardo

PÁGINA 2

CASO HENRY

Juíza manda soltar Monique Medeiros

A professora Monique Medeiros, denunciada pela morte do filho Henry Borel, vai deixar a cadeia. A decisão, da juíza Elizabeth Machado Louro, do 2º Tribunal do Júri da capital, foi divulgada ontem. A criança, de quatro anos, morreu em 8 de março do ano passado. Monique será monitorada por uma tornozeleira eletrônica e não poderá manter contato com nenhuma testemunha do caso. A juíza rejeitou o pedido da defesa de Jairo Souza Santos Júnior, o Dr. Jairinho, também denunciado

pela morte da criança, e manteve sua prisão preventiva. Ambos foram presos em abril de 2021. Na decisão, a magistrada ressaltou os episódios de ameaça e agressão sofridos por Monique dentro do presidio. "Ocorre que, mesmo em ambiente carcerário, multiplicaram-se as notícias de ameaças e violação do sossego da requerente, que, não obstante, não tenham sido comprovadas, ganharam o fórum das discussões públicas na imprensa e nas mídias sociais", disse a magistrada. **PÁGINA 6**

INDICADORES

IBOVESPA: -1,97% / 118.885,15 / -2.394,36 / Volume: 28.378.599.126 / Quantidade: 3.941.935			Bolsas no mundo		Salário mínimo	IGP-M	EURO turismo																																									
Maiores Altas			Maiores Baixas		Mais Negociadas		Fechamento		Ufir		Taxa Selic		IPCA 5		CDI		Poupança 3		OURO		BM&F/grama		EURO Comercial		TR (prefixada)																							
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Dow Jones	34.641,18	-0,80	NASDAQ Composite	14.204,167	-2,26	Euro STOXX 50	3.909,97	-1,18	CAC 40	6.645,51	-1,28	FTSE 100	7.613,72	+0,72	DAX 30	14.424,36	-0,65	R\$ 1.212,00	1,74% (mar.)	Compra: 5,0909	Venda: 5,2709	R\$ 3,7053	1,06% (mar.)	Compra: 5,0909	Venda: 5,2709	11,75%	até o dia 05/abr	0,13	Compra: 4,6394	Venda: 4,6400	0,56%	R\$ 286,20	Compra: 4,6592	Venda: 4,6598	0,0436%	Compra: 5,0801	Venda: 5,0807	Compra: 4,6373	Venda: 4,8173
MULTIPLAN ON N2	25,76	+2,10	+0,53	BANCO INTER UNT N2	20,70	-8,89	-2,02	VALE ON NM	95,11	-2,89	-2,83	NASDAQ Composite	14.204,167	-2,26	Euro STOXX 50	3.909,97	-1,18	CAC 40	6.645,51	-1,28	FTSE 100	7.613,72	+0,72	DAX 30	14.424,36	-0,65	R\$ 1.212,00	1,74% (mar.)	Compra: 5,0909	Venda: 5,2709	R\$ 3,7053	1,06% (mar.)	Compra: 5,0909	Venda: 5,2709	11,75%	até o dia 05/abr	0,13	Compra: 4,6394	Venda: 4,6400	0,56%	R\$ 286,20	Compra: 4,6592	Venda: 4,6598	0,0436%	Compra: 5,0801	Venda: 5,0807	Compra: 4,6373	Venda: 4,8173
MINERVA ON NM	13,36	+1,29	+0,17	QUALICORP ON NM	15,27	-7,34	-1,21	B3 ON EDJ NM	15,83	-1,92	-0,31	Euro STOXX 50	3.909,97	-1,18	CAC 40	6.645,51	-1,28	FTSE 100	7.613,72	+0,72	DAX 30	14.424,36	-0,65	R\$ 1.212,00	1,74% (mar.)	Compra: 5,0909	Venda: 5,2709	R\$ 3,7053	1,06% (mar.)	Compra: 5,0909	Venda: 5,2709	11,75%	até o dia 05/abr	0,13	Compra: 4,6394	Venda: 4,6400	0,56%	R\$ 286,20	Compra: 4,6592	Venda: 4,6598	0,0436%	Compra: 5,0801	Venda: 5,0807	Compra: 4,6373	Venda: 4,8173			
TELEF BRASLON EJ	54,55	+1,13	+0,61	AMERICANAS ON NM	31,31	-6,26	-2,09	PETROBRAS PN N2	32,39	-0,95	-0,31	Euro STOXX 50	3.909,97	-1,18	CAC 40	6.645,51	-1,28	FTSE 100	7.613,72	+0,72	DAX 30	14.424,36	-0,65	R\$ 1.212,00	1,74% (mar.)	Compra: 5,0909	Venda: 5,2709	R\$ 3,7053	1,06% (mar.)	Compra: 5,0909	Venda: 5,2709	11,75%	até o dia 05/abr	0,13	Compra: 4,6394	Venda: 4,6400	0,56%	R\$ 286,20	Compra: 4,6592	Venda: 4,6598	0,0436%	Compra: 5,0801	Venda: 5,0807	Compra: 4,6373	Venda: 4,8173			
3R PETROLEUMON NM	43,40	+1,45	+0,62	LOCAWEB ON NM	9,84	-6,73	-0,71	ITAUUNIBANCO PN EJ N1 26,74	-2,02	-0,55	FTSE 100	7.613,72	+0,72	DAX 30	14.424,36	-0,65	R\$ 1.212,00	1,74% (mar.)	Compra: 5,0909	Venda: 5,2709	R\$ 3,7053	1,06% (mar.)	Compra: 5,0909	Venda: 5,2709	11,75%	até o dia 05/abr	0,13	Compra: 4,6394	Venda: 4,6400	0,56%	R\$ 286,20	Compra: 4,6592	Venda: 4,6598	0,0436%	Compra: 5,0801	Venda: 5,0807	Compra: 4,6373	Venda: 4,8173										
CARREFOUR BRON NM	23,41	+1,04	+0,24	MELIUIZ ON NM	2,64	-5,71	-0,16	BRADESCO PN EJ N1	21,26	-2,79	-0,61	DAX 30	14.424,36	-0,65	R\$ 1.212,00	1,74% (mar.)	Compra: 5,0909	Venda: 5,2709	R\$ 3,7053	1,06% (mar.)	Compra: 5,0909	Venda: 5,2709	11,75%	até o dia 05/abr	0,13	Compra: 4,6394	Venda: 4,6400	0,56%	R\$ 286,20	Compra: 4,6592	Venda: 4,6598	0,0436%	Compra: 5,0801	Venda: 5,0807	Compra: 4,6373	Venda: 4,8173												

MERCADOS



Dólar tem maior alta em três semanas com juros nos EUA

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

As preocupações com os juros nos Estados Unidos e com o agravamento da guerra entre Rússia e Ucrânia provocou um dia de pessimismo no mercado financeiro global. Depois de três quedas seguidas, o dólar teve a maior alta diária em três semanas. A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) caiu quase 2%, pressionada pelo mercado externo e pela indefinição em torno da troca de comando da Petrobras.

O dólar comercial fechou ontem vendido a R\$ 4,659, com alta de R\$ 0,059 (+1,11%). A cotação chegou a abrir em queda, mas passou a subir assim que o mercado norte-americano começou a operar. Na máxima do dia, por volta das 11h45, a moeda chegou a ser vendida a R\$ 4,67.

Essa foi a maior valorização diária desde 14 de março. Ape-

sar da alta de ontem, o dólar acumula queda de 2,14% em abril. Em 2022, o recuo chega a 16,45%.

O dia também foi tenso no mercado de ações. O Índice Bovespa (Ibovespa) fechou aos 118.885 pontos, com queda de 1,97%. O indicador operou em alta durante a manhã, mas desabou durante a tarde.

A perspectiva de prolongamento do conflito entre Rússia e Ucrânia azedou o mercado financeiro nesta terça. Após a revelação de centenas de corpos de civis numa cidade próxima a Kiev, que levanta suspeitas de crime de guerra contra a Rússia, parte dos investidores começa a apostar que o Federal Reserve (Fed, Banco Central norte-americano) poderá aumentar os juros em meio ponto percentual nas próximas reuniões, em ritmo mais intenso que o previsto.

SERASA

Brasil volta a ter mais de 65 milhões de inadimplentes

O Brasil registrou 65,2 milhões de consumidores inadimplentes em fevereiro, divulgou ontem a Serasa. Essa marca não era atingida desde maio de 2020, no início da pandemia da Covid-19. Esses cidadãos têm R\$ 263,4 bilhões em dívidas negativadas (em atraso).

Apenas em fevereiro, o número de inadimplentes subiu 0,54%. Cada brasileiro deve, em média, R\$ 4.042,08. A estatística se baseia no fato de que cada

número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) tem, em média, 3,4 dívidas ativas.

Em relação ao perfil dos inadimplentes, os homens representam 50,2% dos devedores, contra 49,8% das mulheres. Na divisão por faixa etária, a maior parte tem entre 26 e 40 anos de idade (35,3%), seguida pela faixa de 41 a 60 anos de idade (34,9%).

EVOLUÇÃO

O total de consumidores inadimplentes vinha caindo desde

abril de 2021, mas está em alta contínua desde outubro do ano passado. De acordo com a Serasa, as recentes altas na taxa de juros, que encarece o crédito, e o desemprego ainda elevado, são as principais causas para o aumento da inadimplência.

A queda na renda média do trabalhador também afeta o pagamento de dívidas. Mesmo com a recuperação gradual do mercado de trabalho nos últimos meses, grande parte das pessoas estão encontrando em-

pregos que pagam menos que o anterior, o que aumenta a dificuldade em quitar débitos em atraso.

Entre os tipos de dívidas em situação de inadimplência em fevereiro, segundo a Serasa, 28,6% vêm de débitos com o cartão de crédito. Em segundo lugar, estão as dívidas com contas domésticas (água, luz e gás), que respondem por 23,2%. Em terceiro, estão os gastos no comércio varejista, que totalizam 12,5%.

FGV

Indicador de emprego registra menor nível desde agosto de 2020

VITOR ABDALA/ABRASIL

O Indicador Antecedente de Emprego (Iaemp), medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ficou praticamente estável de fevereiro para março, com uma variação ne-

gativa de 0,1 ponto. Com o resultado, o Iaemp chegou a 75 pontos, o menor nível desde agosto de 2020, que registrou 74,8 pontos.

O indicador apresenta queda há quatro meses consecutivos, de acordo com a FGV.

O Iaemp busca antecipar tendências do mercado de trabalho, com base em entrevistas com consumidores e com empresários da indústria e serviços.

Dos sete componentes do Iaemp, quatro apresentaram

queda. Os principais destaques negativos foram a tendência dos negócios da indústria nos próximos seis meses e o emprego local futuro do consumidor. Já a situação atual dos negócios de serviços contribuiu favoravelmente com 1 ponto.

AÉREAS

Preço da passagem dispara em 2022 e deve continuar subindo

FILIPE ANDRETTA/FOLHAPRESS

O preço médio das passagens aéreas no Brasil subiu até 62% de janeiro a março deste ano, segundo um levantamento da Kayak, empresa especializada em busca de viagens. A disparada está relacionada ao aumento no preço dos combustíveis e à maior procura por viagens após a flexibilização das restrições impostas durante a pandemia.

A Kayak registrou neste primeiro trimestre um aumento de pelo menos 500% nas buscas pelos principais destinos domésticos e internacionais.

As maiores companhias de aviação comercial afirmam que o preço das passagens é dinâmico e está pressionado principalmente pela alta do QAV (querosene de aviação), que segue a cotação internacional do petróleo. No último dia 1º, a Petrobras anunciou um aumento de 18% no QAV, o que deve elevar ainda mais o preço da passagem.

Entre as 20 rotas nacionais mais buscadas, os voos para Brasília foram os que sofreram o maior reajuste (62%). As passagens para a capital federal custam em média R\$ 1.052,

considerando voos com origem em todo o país até 31 de dezembro de 2022.

Na sequência do ranking de aumento de preços de voos domésticos estão Florianópolis (51%), São Paulo (49%), Navegantes (49%) e Rio de Janeiro (47%). A capital paulista é o destino interno mais procurado e as passagens custam agora, em média, R\$ 1.021.

A passagem nacional com o maior preço médio entre os 20 principais destinos é Maceió, R\$ 1.587, que registrou aumento de 36% em relação ao começo do ano.

Dentre os 20 principais destinos internacionais, Barcelona, na Espanha, foi o voo com o maior reajuste (32%). Uma passagem para a cidade catalã custa em média R\$ 4.541.

Roma foi o destino que mais cresceu em buscas, segundo a Kayak. A procura por voos para a capital italiana subiu 1.326% nos três primeiros meses do ano.

O único voo da lista que ficou mais barato foi para San Carlos de Bariloche, na Argentina (-3%). O turismo na cidade é muito ligado às estações de esqui, que recebem mais visitantes durante o inverno.

MAIS TEMPO

Prazo para entrega da declaração do IR é prorrogado até 31 de maio

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

A Receita Federal prorrogou para o dia 31 de maio de 2022 o prazo final para a entrega da declaração de ajuste anual do Imposto de Renda, que tem como base os rendimentos obtidos no ano de 2021.

A nova data consta da Instrução Normativa nº 2.077, publicada no Diário Oficial da União

de ontem. O prazo previsto anteriormente era 29 de abril.

De acordo com a Receita, objetivo da prorrogação é diminuir eventuais efeitos da pandemia da covid-19 que possam dificultar o preenchimento e envio das declarações, "visto que alguns órgãos e empresas ainda não estão com seus serviços de atendimento totalmente normalizados".

Até o final de março, a Receita Federal contabilizava quase 6 milhões de declarações de Imposto de Renda de Pessoa Física (IPRF) entregues. A expectativa é de que 34,1 milhões sejam enviadas até o final do prazo.

De acordo com as regras, estão obrigadas a apresentar a Declaração de Ajuste Anual os cidadãos que tiveram, em 2021, rendimentos tributáveis com

valor acima de R\$ 28.559,70.

A Instrução Normativa de ontem mantém o cronograma para a restituição dos cinco lotes aos contribuintes. O primeiro está previsto para 31 de maio. Os segundo e terceiro lotes serão restituídos no dia 30 de junho e de julho. O quarto lote está previsto para 31 de agosto; e o quinto, para 30 de setembro.

MONTADORA

Toyota vai fechar fábrica em São Bernardo do Campo

FERNANDA BRIGATTI/FOLHAPRESS

A fabricante de carros Toyota vai fechar a linha de produção de peças de São Bernardo do Campo (ABC paulista) até o fim de 2023.

Em comunicado divulgado ontem, a montadora diz que a operação industrial do ABC será transferida para as unidades de Sorocaba, Porto Feliz e Indaiatuba, todas cidades paulistas onde ela já atua.

A transferência, diz a Toyota, será gradual, deverá durar um ano e terá início em dezembro de 2022. A fábrica da Toyota em São Bernardo do Campo foi inaugurada em 1962 e foi primeira unidade da montadora fora do Japão.

A linha de autopeças substi-

tuiu, em 2001, a produção do utilitário Bandeirante, jipe que acabou convertido em objeto de desejo e que parou de ser fabricado porque seu motor ultrapassava os limites da lei para emissão de poluentes em vigor a partir de 2002.

Segundo a Toyota, a unidade do ABC tem cerca de 550 funcionários (o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC diz que são 580) e todos terão a opção de continuar trabalhando nas demais unidades da montadora.

A produção de peças em São Bernardo do Campo atende linhas de montagem no Brasil, na Argentina e nos Estados Unidos.

A Toyota diz buscar mais eficiência com a transferência da operação industrial. "Faz parte de seu plano em busca de maior competitividade frente aos de-

safios do mercado brasileiro e da sustentabilidade de seus negócios no país."

O prefeito de São Bernardo do Campo, Orlando Morando (PSDB), lamentou a decisão da montadora. Ele diz, em nota, ter sido comunicado da transferência pelo diretor de relações governamentais da empresa, Roberto Braun, também nesta terça.

A montadora de origem japonesa diz, no comunicado divulgado em seu site, que vem tomando decisões para garantir a produção de carros cada vez melhores.

"Diversas atividades vêm sendo conduzidas nessa direção, tais como a renovação do portfólio com a chegada do Corolla Cross, a introdução do terceiro turno em Sorocaba, a ex-

portação de motores de Porto Feliz para a América do Norte e o investimento de R\$ 50 milhões na operação de Indaiatuba, que produz o Corolla sedã."

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC diz ter sido pego de surpresa com o comunicado e considerou irresponsável a decisão da empresa.

A entidade de trabalhadores diz que a possibilidade de encerramento da unidade nunca foi tratada pela montadora que, segundo o sindicato, vinha assegurando que os investimentos da empresa no Brasil garantiam a permanência da fábrica por pelo menos três anos.

"O sindicato está aberto para buscar alternativas para a permanência da Toyota em São Bernardo", disse a direção da entidade, em nota.

Nota

RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS DE EMPRESAS EM 2021 É A MAIOR EM QUATRO ANOS

O ano de 2021 encerrou com a maior média de dívidas recuperadas desde 2018, quando o Serasa Experian começou a monitorar o índice. Segundo o levantamento, 46,5% dos débitos foram ressarcidos pelas empresas inadimplentes em até 60 dias após a negativação no ano passado. As dívidas de mais de R\$ 10 mil foram as mais recuperadas. O segmento de utilities, que inclui prestadores de serviços como água, gás e energia, teve o melhor resultado, com 55% de quitação. Depois, vem o varejo, que recuperou quase 50% das dívidas. Além da melhora no fluxo de caixa com a retomada das atividades, as empresas recorreram a políticas de crédito para pagar suas dívidas, segundo o economista do Serasa Experian, Luiz Rabi. Ele pondera, no entanto, que a inflação e os juros altos podem frear a recuperação.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

Rua Olímpadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS



ACESSE NOSSO SITE

TROPICALIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. CNPJ: 24.870.139/0001-54
Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021: Senhores Acionistas, Apresentamos o Relatório da Administração e as DFs da Tropicalia Transmissora de Energia S.A. ("TROPICALIA" ou "Cia."), correspondentes ao exercício findo em 31/12/2021, com as respectivas notas explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes em cumprimento às disposições legais e estatutárias. **Histórico:** Em 28/10/2016, o Consórcio CP II, foi vencedor do Lote 1 da 2ª Etapa do Leilão de Transmissão nº 013/2015 da ANEEL. Com o propósito único e exclusivo de construir, implantar, operar e manter as instalações do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, composto pela Linha de Transmissão de 500 kV entre as Subestações Sapeaçu e Poções III, com 245 km de extensão, foi constituída a SPE Tropicalia Transmissora de Energia ("Tropicalia"). A Linha de Transmissão em 500 kV entre as Subestações Sapeaçu e Poções III está integralmente localizada no Estado da Bahia e tem como objetivo atender à expansão do Sistema Interligado Nacional – SIN. A nova Linha deverá aumentar a capacidade de transmissão de energia da interligação Nordeste-Sudeste, permitindo o adequado escoamento dos atuais e futuros empreendimentos de geração, predominantemente parques eólicos, previstos para serem implantados no Nordeste, mitigando o risco de déficit de energia elétrica da região Sudeste do país. O Contrato de Concessão nº 01/2017-ANEEL, que regula a concessão do serviço público de transmissão do lote 1 da 2ª Etapa do Leilão 013/2015 – ANEEL, foi assinado em 10/02/2017 e permanecerá em vigor por 30 anos, ou seja, até fevereiro de 2047. **O Empreendimento:** Em 21/09/2017, foi publicado no DOU o Ato Declaratório Executivo nº 146, concedendo a sociedade a habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI). Por meio da Portaria nº 310 de 23/10/2017, do Ministério de Minas e Energia, a Sociedade teve seu Projeto de Energia Elétrica enquadrado como prioritário, o que reforça a sua importância para o Sistema Interligado Nacional (SIN). O Estado da Bahia concedeu por meio da Resolução nº 16/2018, o PROBAHIA – Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia, o benefício consiste em redução de 40% do ICMS nas entradas decorrentes de aquisições interestaduais relativamente ao diferencial de alíquota, publicada em DOU em 19/06/2018. Em 27/09/2018, foi aprovado pelo MME, através da Portaria 214, o enquadramento da Cia. como projeto prioritário para o Reforço em Instalação de Transmissão de Energia Elétrica (SAPEAÇU). Em 17/12/2018, foi publicado no DOU, o Ato Declaratório Executivo nº 205, concedendo a Cia. a habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), para Reforço em Instalação de Transmissão de Energia Elétrica (SAPEAÇU). Para o desenvolvimento do projeto, foi firmado o contrato de Construção da Linha de Transmissão



Licenciamento Ambiental: A Cia. obteve todas as Licenças Ambientais necessárias ao início da implantação do Projeto. Conforme destacadas abaixo: • Licença Prévia

Balancos patrimoniais		Nota	31/12/2021	31/12/2020	
Ativo			947.215	885.865	
Circulante			123.538	29.554	
Caixa e equivalentes de caixa			8	25	
TVM			16.838	25.209	
Depósito vinculado			11.122	–	
Concessionárias e Permissonárias			10.969	–	
Despesas antecipadas			1	409	
I.R. retido na fonte			2.460	3.871	
Outros ativos circulantes			31	40	
Concessão do serviço público (ativo contratual)			82.109	–	
Não circulante			823.677	856.311	
Realizável a longo prazo			–	–	
Depósito vinculado			13.842	–	
Concessão do serviço público (ativo contratual)			809.574	855.784	
Despesas antecipadas			–	340	
Outros ativos não circulantes			44	45	
Imobilizado			160	72	
Intangível			57	70	
Passivo e patrimônio líquido			947.215	885.865	
Circulante			23.735	28.867	
Fornecedores			9.830	9.260	
Impostos e contribuições a recolher			2.346	673	
Outros passivos circulantes			621	569	
Dividendos			10c	17.048	
Debêntures			9	1.319	
Encargos Setoriais			583	–	
Não circulante			633.396	582.359	
Tributos Diferidos			8a	120.143	
Debêntures			9	513.253	
Patrimônio líquido			290.084	274.639	
Capital social			10a	58.000	
Reserva Legal			10b	11.314	
Reserva de lucros a realizar			10d	167.030	
Reserva Especial			10e	53.740	
Demonstrações de resultados			Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida			11	56.579	158.696
Remuneração do ativo de concessão			11	104.853	89.589
(-) Ajuste do ativo de contrato				(38.467)	55
Custo de construção			12	(41.675)	(97.213)
Custo de operação e manutenção			13	(5.144)	–
Lucro bruto				76.146	151.072
Despesas Operacionais			14	(3.216)	(2.851)
Resultado operacional antes do resultado financeiro				72.930	148.221
Receita Financeira				574	2.288
Despesas Financeira				(75.864)	(41.544)
Resultado financeiro			15	(75.290)	(39.256)
Resultado antes do I.R. e da C.S.				(2.360)	108.965
I.R. e C.S. diferido			8b	759	(37.193)
Lucros líquidos do exercício				(1.601)	71.772
Resultado por ação				(0,16)	0,711
Demonstrações de resultados abrangentes			31/12/2021	31/12/2020	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício			(1.601)	71.772	
Resultado abrangente total			(1.601)	71.772	

Reserva de lucros		Reser-va de capital	Reser-va de capital	Re-serva de lucros	Re-serva de lucros	Re-serva de lucros	Lucro ou Pre-juizo acumu-lado	Total
Em	31/12/19	10	96.000	5.001	5.000	7.725	117.493	7.141
Redução de Capital Social			(38.000)	–	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício			–	–	–	–	–	71.772
Constituição de reservas			–	–	–	–	–	–
Dividendos propostos			–	–	–	–	–	(17.046)
Em 31/12/20	10	58.000	–	–	–	–	–	–
Prejuízo do exercício			–	–	–	–	–	(1.601)
Constituição de reservas			–	–	–	–	–	–
Em 31/12/21	10	58.000	–	–	–	–	–	–

Notas explicativas da administração às DFs Em MR\$: 1 Informações gerais: A Tropicalia Transmissora de Energia S.A., ("TROPICALIA" ou "Cia."), com sede na Cidade do RJ, é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 15/04/2016. Em 28/10/2016, o Consórcio CP II, foi vencedor do Lote 1 da 2ª Etapa do Leilão de Transmissão nº 013/2015 da ANEEL. Com o propósito único e exclusivo de construir, implantar, operar e manter as instalações do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, composto pela Linha de Transmissão de 500 kV entre as Subestações Sapeaçu e Poções III, com 245,1 km de extensão, foi utilizada a SPE Tropicalia Transmissora de Energia S.A. A Linha de Transmissão está integralmente localizada no Estado da Bahia e tem como objetivo atender à expansão do Sistema Interligado Nacional – SIN. A linha atravessa 17 municípios: Sapeaçu, Castro Alves, Conceição do Almeida, Varzedo, São Miguel das Matas, Amar-gosa, Laje, Jiquiriçá, Ubaitira, Cravolândia, Itaquara, Jaguaquara, Mutipê, Jequié, Manoel Vitorino, Boa Nova e Poções, todos no sul da Bahia. A linha deverá aumentar a capacidade de transmissão de energia da interligação Nordeste-Sudeste, permitindo o adequado escoamento dos atuais e futuros empreendimentos de geração, predominantemente parques eólicos, previstos para serem implantados no Nordeste, mitigando o risco de déficit de energia elétrica da região Sudeste do país. O Contrato de Concessão nº 01/2017-ANEEL, que regula a concessão do serviço público de transmissão do lote 1 da 2ª Etapa do Leilão 013/2015 – ANEEL, foi assinado pela Cia. em 10/02/2017 e permanecerá em vigor por 30 anos, ou seja, até fevereiro de 2047. Para a construção da linha a Cia. usufruiu dos benefícios do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) conforme o Ato Declaratório Execu-tivo nº 146 publicado no DOU em 21/09/2017; e do PROBAHIA – Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia, que consiste em redução de 40% do ICMS nas entradas decorrentes de aquisições interestaduais relativamente ao diferencial de alí-quota, concedido através da Resolução nº 16/2018 publicada em DOU em 19/06/2018. A concessionária é remunerada pela RAP ofertada no processo licitatório, regulada pelas cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão –CPST assinado com o ONS. A receita contratada na data do Leilão (R\$ 76,7 milhões-base July/16) será reajustada anualmente pelo IPCA, e sofrerá três revisões, previstas para o 5º, 10º e 15º ano da concessão. Ademais, esta é uma remuneração por disponibilidade, inde-pendentemente da quantidade de energia transmitida no período, que passará a ser recebida quando da entrada em operação comercial reconhecida pelo ONS e autorizada pela ANEEL. A Cia. entrou em operação em janeiro de 2021 através do Termo de Liberação Definitivo – TLD emitido pelo ONS e por meio da Resolução Homologatória nº 2.725, de 14/07/2020, anexo IV, ficou estabelecido, receitas anuais permitidas, no montante de R\$ 86.836. Em 02/07/2021 foi emitida pela ANEEL Nota Técnica nº

149/2021 estabelecendo as receitas anuais permitidas para o ciclo de 2021-2022 no valor de R\$ 95.431. **1.1 Impactos do COVID 19:** **1.1.1 Contexto Geral:** Em 11/03/2020, a Organização Mundial da Saúde ("OMS") declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos ex-pressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitiga-ção da propagação do COVID-19 possam provocar. No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20/03/2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades com-erciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde. **1.1.2 Medidas de assistência governamental:** Diante do cenário descrito anterior-mente, diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, contudo, inicialmente a Cia. não adotou nenhuma medida de assistência governamental. **1.1.3 Impacto nas DFs:** Consi-derando o estágio da disseminação do surto de COVID-19, a Cia. revisou seu plane-jamento estratégico e adotou as seguintes medidas: • adiamento de todas as atividades de manutenção não essenciais, desde que não comprometam a segurança opera-cional; • monitoramento contínuo de nossos colaboradores e de seus familiares; • subs-tituição das reuniões físicas por videoconferências e audioconferências; • campanhas internas de conscientização e orientações de higienização e lavagem frequente das mãos, cuidados ao tossir e espirrar e evitar aglomerações; • reforço na limpeza e hie-gienização dos ambientes da usina e escritório; • fornecimento de álcool em gel de bolso, máscaras e luvas para todos os colaboradores; • fixação de dispenser de álcool em gel em pontos estratégicos da usina e do escritório administrativo; • fixação de mensagens em locais visíveis aos colaboradores sobre os cuidados de prevenção sobre o Corono-vírus; A Cia. preservou o caixa, teve geração positiva de caixa em 2021 e 2020, pagou empréstimos e fornecedores, não precisou acessar financiamentos externos e não sofreu nada relevante que possa afetar a continuidade ou a realização dos ativos. Os impactos do COVID-19 foram baseados nas melhores estimativas da Administração e não foram relevantes para a Cia. **1.1.4 Impacto nas DFs: Resumo das principais políticas contábeis:** As DFs da Cia. foram preparadas e estão apresentadas de acor-do com as IFRS, emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do CPC em consonância com a lei da S.A. e pelo CFC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das DFs, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das DFs foi autorizada pela Diretoria em 28/02/2022. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das DFs estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados. **1.2 Base de preparação:** A preparação de DFs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de jul-gamento por parte da administração da Cia. no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as DFs, estão divulgadas na Nota 2.4. **1.3 Moeda funcional e moeda de apre-sentação:** Estas DFs estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Cia.. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indi-cado de outra forma. **1.4 Base de mensuração:** As DFs foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 2.4 de Avaliação dos Instrumentos Financeiros. **1.5 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas DFs, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Cia. e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Item significativo sujeito a essa estimativa e premissa incluem: (i) critério de apuração e remuneração do ativo contratual; vide nota explicativa nº 1.6.3; **1.6 Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis adotadas pela Cia. estão descritas a seguir. **1.6.1 Instrumentos financeiros:** A Cia. classifica seus ativos e pas-sivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: (i) **Ativos financeiros:** Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, TVM, e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa. Todos os ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo Valor Justo por meio do Resultado (VJR) acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento signifi-cativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação. A Cia. não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Cia. transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e be-néficos da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Cia. em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado. **Classificação e mensuração subsequente:** A Cia. faz uma avaliação do objetivo do modelo de negócios no qual um ativo financeiro é mantido em um nível de portfólio, porque isso reflete melhor a forma como o negócio é gerenciado e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas inclu-íam: • as políticas e objetivos declarados para o portfólio e o funcionamento dessas políticas na prática. Isso inclui se a estratégia da Administração se concentra em ganhar receita de juros contratuais, mantendo um perfil de taxa de juros específico, combinan-do a duração dos ativos financeiros com a duração de quaisquer passivos relacionados ou saídas de caixa esperadas ou realizando fluxos de caixa através da venda dos ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Cia.; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros man-tidos dentro desse modelo de negócios) e como esses riscos são gerenciados; • como os gestores da empresa são remunerados, como no exemplo, se a remuneração ba-seada no lucro justo dos ativos administrados ou nos fluxos de caixa contratuais cole-tados; e Para os fins desta avaliação, "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Cia. considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição. (ii) **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classi-ficado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Cia. não reconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram. O não reconhecimento de um passivo financeiro, a diferen-ça entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **1.6.2 Concessionárias e permissonárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referen-tes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para crédito esperado (PCE) é avaliada pela Administração e consti-tuída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. **1.6.3 Contrato de concessão de serviços públicos – Ativo contratual:** Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a TROPICALIA regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Cia.. De acordo com o contrato de concessão, a Cia. é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Cia. possui como obrigação de desempenho construir, manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Cia. mantém sua infraestrutura de trans-missão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração de-nominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais in-vestimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Com a entrada em vigor em 1º/01/2018 do CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Cia. nessa norma. Com isso, as contra-prestações passam a ser classificadas como um "Concessão do serviço público (ativo contratual)". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensura-

(LP), emitida pelo IBAMA no dia 5/12/2017; • Licença de Instalação (LI), emitida pelo IBAMA no dia 21/06/2018; • Licença de Operação (LO), emitida pelo IBAMA no dia 12/01/2021. **Financiamento:** A Tropicalia emitiu com o Banco Santander do Brasil S.A. debêntures simples, no valor de R\$ 407.000.000,00, para captação de recursos no mercado de capitais local. Os recursos oriundos dessa captação foram suficientes para concluir toda a construção do empreendimento. • Prazo: 24 anos (até agosto de 2043); • Custo: IPCA + 5,0521%; • Carência: 36 meses (até agosto de 2022). • Juros apurados semestralmente ocorrendo o 1º Pagamento em agosto de 2021. • Amortização e juros exigíveis semestralmente após a carência. **Desempenho Econômico – Financeiro:** A Cia. adotou a CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data de 1º/01/2018. A norma determina ainda que a Cia. só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transfe-ridos. Abaixo um resumo dos principais n.ºs. da Cia.: **Balanco Patrimonial Societário:** **Ativo Circulante:** 123.538; Caixa e equivalentes de caixa : 8; TVM: 16.838; Depósito vinculado : 11.122; Concessionárias e permissonárias: 10.969; Despesas antecipa-das: 1; I.R. retido na fonte: 2.460; Outros ativos circulantes: 31; Concessão do serviço público (ativo contratual): 82.109; **Não Circulante:** 823.677. Realizável a longo prazo: Depósito vinculado: 13.842; Concessão do serviço público (ativo contratual). Despesas antecipadas: –; Outros ativos não circulantes: 44; Imobilizado: 160; Intangível: 57; **Total do Ativo: 947.215. Passivo Circulante:** 23.735; Fornecedores : 9.830; Impo-stos e contribuições a recolher: 2.346; Outros passivos circulantes: 621 ; Dividendos: –; Debêntures : 10.355; Encargos setoriais: 583. **Não Circulante:** 633.396; Tributos Diferidos: 120.143; Debêntures: 513.253. **Patrimônio líquido:** 290.084. Capital social : 58.000; Reserva Legal: 11.314; Reserva de lucros a realizar: 167.030; Reserva Especial: 53.740; **Total do Passivo e Patrimônio Líquido: 947.215.**

Contabilidade Regulatória		2021	2020
Ativo Total		583.189	527.262
Patrimônio Líquido		46.199	36.989
Prejuízo Líquido		(7.835)	(69.019)

Agradecimentos: A Administração demonstra seu agradecimento aos acionistas, conselheiros, parceiros, fornecedores e clientes e, em especial, a todos os Colaboradores. Reconhece ainda que os resultados alcançados em 2021 foram possíveis através do comprometimento, dedicação e competência demonstrados.

A Administração

das da seguinte forma: (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de cons-trução de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Cia. utilizou um modelo que apura o custo de fi-nanciar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração finan-ceira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebi-da ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concede-nte relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida dire-tamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. **1.6.4 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às DFs tomadas em con-junto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração. **1.6.5 I.R. e C.S.:** O I.R. e a C.S. do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável para I.R. e 9% sobre o lucro tributável para C.S. sobre o lucro líquido. A Cia. possui como regime de apuração o C.S. real por estimativa. A despesa com I.R. e C.S. compreende os impostos de renda e C.S. correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no re-sultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens dire-tamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (i) **Despesas de I.R. e C.S. corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar e a receber estimado sobre a receita operacional, aplicando alíquota de I.R. e C.S. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem paga-ros ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem aten-didos. (ii) **Despesas de I.R. e C.S. diferido:** O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das DFs e as correspon-dentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espe-ra recuperar. **1.6.6 Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos forne-cedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de forne-cedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresen-tadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura corres-pondente. **1.6.7 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Cia. tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identi-ficadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **1.6.8 Demais ativos e passivos:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quan-do aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamen-te, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses. **1.6.9 Dividendos:** A distribuição de dividendos aos acionistas da Cia. é reconhecido como um passivo nas DFs ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Cia.. Qualquer valor acima do obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral, conforme divulgado na Nota Explicativa Nº 9e. **1.7 Mensuração do valor justo:** Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Cia. estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de in-formações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações gera-das pela Administração da própria Cia.. A Cia. avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment). Se houver alguma evidência para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa –men-surada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por impairment desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado –é retratada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado. **1.8 Normas e interpretações não efetivas:** Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC que são aderentes ao contexto operacional e finan-ceiro da Cia. são os seguintes: (a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto signifi-cativo nas DFs consolidadas da Cia.. Norma: IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2). **Descrição da alteração:** Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciada (IBOR). Vigência 01/01/2021. As alterações em Pronunciamentos que entrarão em vigor em 01/01/2021 não produziram impactos relevantes nas DFs consolidadas (b) Alterações em pronunciamentos com vigência a partir de 2022. Norma: IAS 37 / CPC 25; Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. **Descrição da alteração:** Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do con-trato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato). Vigência: 01/01/2022; Norma: IAS 16 / CPC 27; Ativo Imobilizado. Descrição da alteração: Permitir o reco-nhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produ-zidos durante a fase de testes do ativo. Vigência: 01/01/2022. Em relação aos norma-tivos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Cia. está acompanhando nas discussões e até o momento não identificou a possibi-lidade de ocorrência de impactos significativos. **2 Gestão de risco financeiro:** **2.1 Fatores de risco financeiro: a. Risco de crédito:** A Cia. está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações da Administração da Cia.. Tal risco consiste na impossibilidade

TROPICALIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. CNPJ: 24.870.139/0001-54					
Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. 2.3 Instrumentos financeiros a valor justo por meio de resultado		Prejuízos fiscais de I.R. 17.262 15.434			
		Bases negativas de C.S. 6.265 5.598			
		Diferido passivo 143.669 141.982			
		I.R. diferido 105.639 104.398			
		C.S. diferida 38.031 37.584			
		I.R. e C.S. Diferido 120.143 120.951			
		Os impostos diferidos passivos foram constituídos, com base nos lançamentos de composição do ativo contratual da Cia..			
		b. Efeitos no resultado			
		Lucro/Prejuízo antes do I.R. e C.S. 31/12/2021 31/12/2020			
		(2.360) 108.965			
		Alíquota nominal combinada do I.R. e da C.S.–% 34% 34%			
		I.R. e contribuições às alíquotas da legislação (803) 37.048			
		Bônus e gratificações 34 99			
		Outros 9 46			
		(760) 37.193			
		111 –			
		(871) 37.193			
		(760) 37.193			
		9 Debêntures: Em julho de 2019 a Cia. assinou um mandato com o Banco Santander do Brasil S/A para coordenar a emissão de debêntures simples, no valor de R\$ 407.000 mil, em regime de garantia firme de colocação para captação de recursos no mercado de capitais local. • Prazo: 24 anos (até agosto de 2043) • Custo: IPCA + 5,0921%. • Carência: 36 meses (até agosto de 2022) • Juros apurados semestralmente–1º pagamento efetuado em agosto de 2021 • Amortização e juros exigíveis semestralmente após a carência			
		Moeda Nacional Taxa anual de juros a.a. 31/12/2021 31/12/2020			
		Debêntures IPCA + 5,0921% 523.608 462.727			
		Principal 407.000 407.000			
		Juros 116.608 55.727			
		Passivo circulante 10.355 1.319			
		Passivo não circulante 513.253 461.408			
		O montante registrado em principal e juros tem a seguinte composição:			
		Debêntures 31/12/2020 Aquisição Amortização 31/12/2021			
		Prin- Atualização Prin- Amortização			
		cipal Juros Monetária cipal Juros			
		Debêntures 478.351 - 25.100 48.024 - (12.243) 539.232			
		Custos de captação incorridos na captação (15.624) - - - - (15.624)			
		Total: 462.727 - 25.100 48.024 - (12.243) 523.608			
		Os vencimentos das parcelas do não circulante são as seguintes: Vencimentos / 2021: 2023: 2.313; 2024: 3.471; 2025: 3.470; Após 2025: 503.999. Total: 513.253. Vencimentos / 2020: 2022: 578; 2023: 2.313; 2024: 3.471; 2025: 3.470; Após 2025: 451.576; Total: 461.408. Garantias concedidas: • Fiança Bancária para 100% da dívida até completão: • Garantias de Projeto: Ações da SPE + Direitos Creditórios / Emergentes da Concessão Covenants financeiros: Devido a essa debênture, a Cia. fica obrigada a cumprir o seguinte índice: • O índice de cobertura do serviço da dívida de no mínimo 1,20, calculado com a base no EBTIDA nas DFs regulatórias. Todas as cláusulas restritivas requeridas estão sendo atendidas. 10 Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro 2021 e 2020 é de R\$ 58.000 (cinquenta e oito milhões de reais), representados por 101.000.500 ações ordinárias sem valor nominal. No dia 26/03/2021, houve transferência das ações, resultando em um único acionista, conforme Livro de Registro de Ações Passando a ser apresentado da seguinte forma:			
		BTG Pactual Infraestrutura Dividendos Fundo de Invest.Particip. Infraestrutura			
		31/12/2021			
		Quantidade Participação			
		de ações %			
		58.000 100,00			
		58.000 100			
		2020			
		Quantidade Participação			
		de ações %			
		26.502 45,69			
		16.193 27,92			
		9.529 16,43			
		5.776 9,96			
		58.000 100			
		Tropicalia Fundo de Investimento em Participações			
		Fundo de Investimento em Participações Development fund Warehouse			
		BTG Pactual Energia 3 Fundo de Investimento em Participações			
		BTG Pactual Infraestrutura II Energia Fundo de Investimento			
		b. Reserva de Capital: Em 24/1/2020, foi deliberado o cancelamento de integralização do total destinado a conta de reserva de capital. c. Destinação do resultado: O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, quando aplicável, e a parcela destinada a reserva para subvenções de incentivos fiscais, terá a seguinte destinação: • 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária. • 25% será distribuído como dividendo obrigatório. • O saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral. d. Reserva legal e de lucros retidos: A constituição da reserva legal é obrigatória como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. No exercício de 2021, a Cia. apurou prejuízo de R\$ 1.601, não gerando resultados a serem distribuídos. A destinação concernente a reserva legal em 2020 foi no valor de R\$ 3.587. A reserva de			
		Lucros a realizar refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender às limitações do orçamento de caixa da Cia. a ser aprovada em conselho de administração. No exercício de 2021, a Cia. conforme mencionado acima, não gerou reservas a serem constituídas. O valor destinado a reserva de retenção de lucros no exercício de 2020, foi no montante de R\$ 51.112. (f) Dividendos propostos: No exercício de 2021, a Cia. não constituiu dividendos, visto que apurou prejuízo no exercício. No exercício de 2020, foi constituído dividendo mínimo no valor de R\$ 17.037, com a seguinte base de cálculo:			
		31/12/2021 31/12/2020			
		Lucro/ prejuízo líquido do exercício (1.601) 71.772			
		Constituição de reserva legal (5%) – 3.587			
		Base de cálculo do dividendo – 68.186			
		Dividendos mínimos obrigatórios (25%) – 17.046			
		e. Reserva Especial: De acordo com a Lei 6.404/76, § 4º do art. 202 o dividendo previsto neste art. não será obrigatório no exercício social em que os órgãos de administração informarem à AGO ser ele incompatível com a situação financeira da Cia.. Concernentes a reversões dos provisionamentos dos dividendos mínimos obrigatórios foram realizadas as seguintes deliberações: • AGO de 08/04/2020 deliberando a reversão do valor de R\$ 29.553 de dividendos mínimos obrigatórios de 2019; • AGO de 13/04/2021 deliberando a reversão do valor de R\$ 17.046 dos dividendos mínimos obrigatórios de 2020. Esses dividendos não eram compatíveis com a situação financeira da Cia..			
		11 Receita bruta			
		Remuneração do ativo de concessão 102.769 89.589			
		Receita de construção 5.292 158.696			
		Receita de O&M 21.652 –			
		Outras receitas 3.476 –			
		Total da receita bruta 133.190 248.285			
		(-) Pis/Cofins (8.999) –			
		(-) Encargo setorial (1.226) –			
		Total da receita líquida 120.965 248.285			
		As receitas relativas à infraestrutura de transmissão mensuradas sob o escopo do CPC 47 passaram a ser contabilizadas da seguinte forma: • Receita de construção da infraestrutura de transmissão: reconhecida considerando uma margem, definida de acordo com as projeções do projeto, sobre o custo de construção. • Receita de remuneração do ativo de contrato: calculada com base na taxa do projeto sobre o saldo do ativo contratual. • Receita de operação e manutenção: reconhecida através dos AVCs disponibilizados pelo ONS. • Outras receitas: proveniente de valor não arrecadado na apuração mensal dos serviços e encargos a título de Encargos de Uso dos Sistemas de Transmissão, em função dos descontos incidentes sobre as tarifas de que trata a Resolução Normativa nº 77.			
		12 Custo de construção			
		31/12/2021 31/12/2020			
		Pessoal – (77)			
		Administradores – (728)			
		Material (17.572) (26.508)			
		Serviços de terceiros (23.354) (69.255)			
		Aluguéis – (195)			
		Seguros (749) (450)			
		(41.675) (97.213)			
		Os custos de serviços de terceiros, foram constituídos, com base nos lançamentos de composição do ativo contratual da Cia..			
		13 Custos de operação e manutenção			
		31/12/2021 31/12/2020			
		Pessoal (139) –			
		Administradores (65) –			
		Material (508) –			
		Serviços de terceiros (4.015) –			
		Aluguéis (182) –			
		Seguros (131) –			
		Impostos e Taxas (104) –			
		(5.144) –			
		14 Despesas operacionais			
		31/12/2021 31/12/2020			
		Pessoal (894) (1.091)			
		Administradores (1.165) (693)			
		Material (66) (42)			
		Serviços de terceiros (902) (795)			
		Depreciação (30) (72)			
		Aluguéis (144) (148)			
		Impostos e taxas (15) (10)			
		(3.216) (2.851)			
		15 Resultado financeiro: O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:			
		31/12/2021 31/12/2020			
		Despesas financeiras			
		(75.864) (41.544)			
		Tarifas bancárias (206) (457)			
		Juros e Despesas s/ Debêntures (73.124) (41.087)			
		Outras despesas financeiras (2.534) (1)			
		Receitas financeiras			
		(75.290) (39.256)			
		Rendimento de aplicações 512 2.275			
		Outras receitas financeiras 62 13			
		574 2.288			
		16 Meio ambiente: A Cia. obteve Licença Ambiental necessária para iniciar as suas operações. Conforme destacadas abaixo: • a Licença Operação (LO) emitida pelo IBAMA em janeiro de 2021.			
		17 Seguros: Em dezembro de 2021, a cobertura de seguros era composta de:			
		Vigência Importância segurada			
		01/01/2021 a 01/01/2022 34			
		01/01/2021 a 01/01/2022 83			
		15/01/2021 a 15/02/2022 2			
		04/02/2021 a 04/02/2022 4			
		Referente à remuneração aos diretores e conselheiros da Cia. somaram R\$ 625 e em 2020 o montante foi de R\$ 1.258. 19 Contingências: A Administração, de acordo com o CPC 25 adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Cia. em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma: I–Para as causas cujo desfecho negativo para a Cia. seja considerado como de risco possível: As informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas. II–Para as causas cujo desfecho negativo para a Cia. seja considerado como de risco remoto: Somente são divulgadas em notas explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das DFs. Em 31 de dezembro de 2021, a Cia. não possui contingências com risco de perda provável. A Cia. possui a seguinte causa como possível, no montante de R\$ 49: a) Ação trabalhista movida por ex-funcionário da empresa terceirizada ECARI (responsabilidade solidária), com pedidos de declaração de rescisão indireta, salários, recolhimento, liberação e indenização sobre F. G. T. S; multas dos art. 467 e 477 da C.L.T.; indenizações e honorários advocatícios. Em 31/12/2021 não foi registrada provisão de contingências decorrentes desse processo.			
		Rosane Cristina Marques de Souza – Diretora; Gliciera dos Santos Lima Alcantara – Controladora – CRC 116761/O-0			
		relevante, inconsistente com as DFs ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. Responsabilidades da Administração pelas DFs: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das DFs de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de DFs livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das DFs, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das DFs, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Cia. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Cia. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das DFs. Responsabilidades do auditor pela auditoria das DFs: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as DFs, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas DFs. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas DFs, independentemente se causadas por fraude ou erro,			
		planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia.. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia.. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas DFs ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das DFs, inclusive as divulgações e se as DFs representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 16 de março de 2022. DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - Auditores Independentes Ltda. - CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ; Diego Wailer da Silva - Contador - CRC nº 1 RS 074562/O-3.			

Economia

SUCCESSÃO

Lira fala em rever Lei das Estatais e defende privatização da Petrobras

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), defendeu ontem a revisão da Lei das Estatais para tratar da privatização da Petrobras, um dia depois de o empresário Adriano Pires desistir de assumir a presidência da petrolífera.

Lira negou ter qualquer tipo de relação com Pires, sócio da consultoria CBIE (Centro Brasileiro de Infraestrutura), que presta serviços a clientes e concorrentes da Petrobras.

Na avaliação do presidente da Câmara, o sistema estabelecido pela Lei das Estatais é "complicado".

"Eu acho que o Congresso precisa se debruçar sobre isso. A

Petrobras, além de ser uma S/A, ela não pode desconhecer que é uma empresa majoritariamente estatal. Ela é do governo, que é o acionista majoritário. O governo não pode ser responsabilizado por tudo que ela faça de errado, sem explicações", disse.

Lira afirmou que indicar "um general, um almirante, um professor universitário, talvez um jornalista, um advogado ou um administrador de empresa que nunca teve contato com a área de petróleo e gás seria a única maneira de você colocar ali para manter o status quo de interesse de corporação e blindar a Petrobras para que ela permaneça esse ser que não tem responsabilidade com o Brasil

nem com ninguém".

O presidente da Câmara disse ter tido contato com Pires durante a votação da lei do gás e afirmou que o empresário é "reconhecidamente um estudioso e um entendido nesse assunto".

"E você não pode partir da premissa de que um cara, porque dá assessoria num ramo privado a uma empresa privada, ele não pode assumir o comando de uma empresa pública, porque isso é desonestidade", afirmou.

Segundo ele, a regra de compliance estabelecida foi feita para travar a Petrobras. "A partir daí eu acho que há a necessidade, sim, clara, de o Congresso se debater para ver a possibilidade

de mudar alguns pontos da Lei das Estatais inclusive tratando claramente da privatização dessa empresa."

Ele disse ainda que o general Luna e Silva é um homem correto, honesto mas não entende de petróleo e gás. "Como foi a audiência pública dele aqui na Câmara? Foi pífia. Não entende de petróleo e gás."

Na visão de Lira, Pires e Rodolfo Landim na Petrobras seriam uma "oportunidade que tem o Brasil de ter uma pessoa, duas pessoas, que entendem do assunto."

As críticas a ambos, complementou, foram alimentadas por "corporações que têm interesses contrários."

GRUPO ASSISTENCIAL PROFESSOR EURÍPEDES BARSANULPHO – GAPEB
 CNPJ Nº 04.775.187/0001-56
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO
 A presidência do GRUPO ASSISTENCIAL PROFESSOR EURÍPEDES BARSANULPHO – GAPEB, no âmbito de suas atribuições, convoca seus associados para reunirem-se em AGO/AGE a ser realizada no dia 20/04/2022, às 19h:00min em primeira, e às 19h:30min em segunda e última chamada, com qualquer quorum, na sede da instituição situada na Rua Lino Coutinho, 91- Anil/Jacarepaguá, Rio de Janeiro, RJ, para, validamente, discutir e deliberarem a seguinte ordem do dia: 1- Prestação de contas dos exercícios encerrados em 31/12/2020 e 31/12/2021, com parecer do Conselho Fiscal. 2- Eleição para Presidente, Vice-Presidente e demais membros da Diretoria. 3- Reforma estatutária com modificação da redação do Caput da cláusula 14 do Estatuto. 4- Assuntos gerais de interesse da instituição. Rio de Janeiro, 04 de abril de 2022. **Norma da Costa S. V. da Silva** - Presidente.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

PÁTRIA AMADA BRASIL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 105/2021

O Pregoeiro Luis Paulo Lopes Venâncio convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº 105/2021 no dia 19/04/2022 às 14h00min. - Objeto: Contratação de instituição especializada na prestação dos serviços continuados de suporte a Ensino à Distância (EaD), com M.O. sem dedicação exclusiva, incluindo a Produção e a Pós-Produção Audiovisual, assim como o Backup e a Divulgação de produtos de ensino do Instituto Nacional de Cardiologia - INC. Processo nº. 33409.006232/2021-71. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.



Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. CNPJ: 09.024.809/0001-28

Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021: Senhores Acionistas, Apresentamos o Relatório da Administração e as DFs da Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. ("Cia." ou "PCH Rio do Braço"), correspondentes ao exercício findo em 31/12/2021, com as respectivas notas explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes em cumprimento às disposições legais e estatutárias. Histórico: A Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. está situada na zona rural do município de Rio Claro, RJ, e é uma Cia. anônima de capital fechado, constituída em 23/08/2007. A Cia. tem por objeto a implantação e exploração de pequenas centrais hidroelétricas e a geração e comercialização de energia elétrica por 30 anos. Ela se conecta ao sistema regional de distribuição, na tensão de 25 KV, através de linha de uso restrito com 8 quilômetros de extensão, interligada na "Linha Metalúrgica" da Light, concessionária de distribuição, que por sua vez está conectada na subestação de Rio Claro, no município de Rio Claro. A PCH está localizada rio do Braço, na divisa dos municípios de Rio Claro (RJ) e de Bananal (SP). O eixo da barragem e a casa de força ficam no RJ, em Lídice, distrito do município de Rio Claro, já o reservatório formado pelo barramento compreende terras do município de Rio Claro e de Bananal, estado de SP e possui área total de 0,03653 hectare e uma Área de Preservação Permanente (APP) de 15 metros de largura. O Empreendimento: O projeto teve início em 2002, com a constituição da empresa Cia. Energética Serra da Carioca, que contratou a empresa projetista MEK Engenharia e Consultoria LTDA para o desenvolvimento do projeto. Posteriormente, no dia 7/08/2008, o projeto foi vendido para o Fundo de Investimentos FIP Brasil Energia, gerido pelo Banco BTG Pactual, que construiu o empreendimento, com início das obras em 2009. A Cia.

foi autorizada pela ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.748 de 6/01/2009, a explorar a Pequena Central Hidroelétrica Braço, com 11.520 kW de potência instalada. Através do contrato nº 1155418 de 7/12/2005 celebrado com a LightCom Comercializadora de Energia S.A. anteriormente denominada Light ESCO-Prestação de Serviços Ltda. a Cia. formalizou a venda de toda a energia produzida no período 1º/02/2011 a 31/12/2025. Em janeiro de 2021, o controle da PCH Rio do Braço foi transferido para o BTG Pactual Dividendos Infra (BDIV11), Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura. Localização



Licenciamento Ambiental: A Cia. obteve todas as Licenças Ambientais necessárias ao início da implantação do Projeto. Conforme destacadas abaixo: • Licença Prévia (LP), emitida pelo IBAMA em 2006; • Licença de Instalação (LI), emitida pelo IBAMA em 2007; • Licença de Operação (LO), emitida pelo IBAMA em 2011, e a renovação da LO foi em 2016 com validade de 8 anos. Financiamento: Em 30/09/2020, a Cia.

assinou contrato de financiamento no valor de R\$ 20.000 junto ao Banco Itaú S/A, nas seguintes condições: • Data de Entrada do Recurso: 30/09/2020 • Prazo: 58 parcelas, com pagamentos mensais sem carência. • Taxa: IPCA + 5,05%a.a. Em conjunto com a CCB, a Cia. contratou operação de swap de índices, junto ao Banco Itaú S.A. e/ou suas afiliadas, através de uma nota de negociação ("SWAP"), com início em 30/09/2020 e com as seguintes características: • Valor Flutuante: R\$ 20.000 • Prazo e Fluxo: mesmo da CCB • Vencimento: 15/07/2025 • Fator de correção CDI, percentagem 100% • Taxa de juros exponencial-3,70% a.a. • Desempenho Econômico-Financeiro: Abaixo um resumo dos principais nºs. da Cia.: **Balanco Patrimonial:** Ativo circulante: 3.802; Caixa e equivalentes de caixa: 57; TVM: 2.043; Concessionárias e permissionárias: 1.595; Despesas antecipadas: 24; I.R. retido na fonte: 38; Outros ativos: 45; **Não circulante:** 63.575; TVM: 1.319; Imobilizado: 54.212; Intangível: 8.044. **Total do ativo:** 67.377. **Passivo circulante:** 8.415; Fornecedores: 254; Financiamentos: 4.224; Dividendos a pagar: 2.272; Compensação ambiental: 99; Impostos e contribuições a recolher: 83; I.R. e C.S.: 183; Instrumentos financeiros: 1.097; Outros passivos: 203; **Não circulante:** Financiamentos: 10.690; **Patrimônio líquido:** 48.272; Capital social: 35.432; Reserva legal: 2.138; Reserva de retenção de lucros: 3.888; Reserva especial: 6.814. **Total do passivo e patrimônio líquido:** 67.377. **Agradecimentos:** A Administração demonstra seu agradecimento aos acionistas, conselheiros, parceiros, fornecedores e clientes e, em especial, a todos os Colaboradores. Reconhece ainda que os resultados alcançados em 2021 foram possíveis através do comprometimento, dedicação e competência demonstrados. A Administração

Balancos patrimoniais		Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			67.377	88.388
Circulante			3.802	29.301
Caixa e equivalentes de caixa			57	50
TVM	6		2.043	26.147
Concessionárias e permissionárias	7		1.595	3.034
Despesas antecipadas			24	19
I.R. retido na fonte			38	24
Outros ativos			45	27
Não circulante			63.575	59.087
TVM	6		1.319	1.280
Imobilizado	8.1		54.212	57.754
Intangível	8.2		8.044	53
Total do ativo			67.377	88.388

Passivo e patrimônio líquido		Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			8.415	28.427
Fornecedores			254	22.680
Financiamentos	11		4.224	4.184
Dividendos a pagar	15.d		2.272	209
Compensação ambiental	12		99	99
Impostos e contribuições a recolher	13		83	75
I.R. e C.S.			183	177
Instrumentos Financeiros		11.b	1.097	829
Outros passivos			203	175
Não circulante			10.690	14.828
Financiamentos	11		10.690	14.828
Patrimônio líquido		15	48.272	45.133
Capital social			35.432	35.432
Reserva legal			2.138	1.659
Reserva de retenção de lucros			3.888	8.041
Reserva especial			6.814	

Demonstrações do resultado		Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receitas líquidas	16		18.664	18.752
Custo sobre serviços prestados	17		(5.001)	(9.171)
Lucro bruto			13.663	9.581
Despesas operacionais			(1.066)	(950)
Outras receitas			40	
Lucro operacional antes do resultado financeiro			12.637	8.631
Receita Financeira			272	461
Despesa Financeira			(2.666)	(7.519)
Resultado Financeiro	19		(2.394)	(7.058)
Lucro antes do I.R. e da C.S.			10.243	1.573
I.R. e C.S.	9		(678)	(695)
Lucro Líquido do exercício			9.565	878
Resultado por ação			9.565	878

Demonstrações do resultado abrangente		Nota	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício			9.565	878
Resultado abrangente total			9.565	878

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido		Ca-pital social	Re-serva legal	Reser-va de Lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Em 31/12/2019		35.432	1.615	3.470	3.947	3.947	-44.464
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	878	878
Constituição de reservas		-	44	3.947	(3.947)	(44)	-
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	625	(625)	-
Dividendos propostos		-	-	-	-	(209)	(209)
Em 31/12/2020		35.432	1.659	7.417	625	625	-45.133
Pagamentos dos dividendos sobre lucros anteriores		-	-	(4.154)	-	-	(4.154)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	9.565	9.565
Constituição de reservas		-	479	625	(625)	(479)	-
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	6.814	(6.814)	-
Dividendos mínimo obrigatório		-	-	-	-	(2.272)	(2.272)
Em 31/12/2021		35.432	2.138	3.888	6.814	6.814	-48.272

Demonstrações dos fluxos de caixa		Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			(15.148)	11.833
Lucro Líquido do Exercício			9.565	878
Ajuste			7.288	5.431
Depreciação e amortização	8		2.843	2.715
Direito de Extensão da Outorga Repetição do risco hidrologico	8.2		(6.757)	-
Juros sobre financiamentos	11		1.328	1.009
Baixa de bens do ativo imobilizado e do intangível	8		41	-
Marcação de mercado não realizada			268	829
Variações nos ativos e passivos			-	-
Concessionárias e permissionárias			1.439	(1.166)
Despesas antecipadas			(5)	3
I.R. retido na fonte			(14)	69
Outros ativos			(18)	(1)
Fornecedores			(22.427)	8.194
Impostos e contribuições a recolher			187	82
Outros passivos			297	861
Juros pagos	11		(1.284)	(1.021)
I.R. e C.S. pagos			(611)	(611)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			23.451	(12.940)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	8.1		(615)	(187)
Aplicação em TVM			(18.694)	(43.718)
Resgate em TVM			42.478	30.504
Receita de aplicação em TVM			272	461
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			(8.296)	1.129
Pagamento de dividendos	15.e		(4.154)	(1.314)
Amortização de financiamentos	11		(4.142)	(17.557)
Aquisição de financiamento			-	20.000
Aumento de caixa e equivalentes de caixa			7	23
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			50	27
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício			57	50

Notas explicativas sobre as DFs: 1. Informações gerais: A Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. ("Cia." ou "PCH Rio do Braço") está situada na zona rural do município de Rio Claro, RJ, e é uma Cia. anônima de capital fechado, constituída em 23/08/2007. A Cia. tem por objeto a implantação e exploração de pequenas centrais hidroelétricas e a geração e comercialização de energia elétrica por 30 anos. A ANEEL, através do despacho nº 292, de 10/02/2008, aprovou o Projeto Básico da PCH Braço já com a titularidade da empresa para a PCH Rio do Braço. A Cia. foi autorizada pela ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.748 de 6/01/2009, a explorar a Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A., pelo período de trinta anos para produção de energia. A Cia. levou dois anos para ser construída e entrou em operação em 01/02/2011, com 11.520 kW de potência instalada, localizada no rio do Braço, no Município de Rio Claro, no RJ. Através do contrato nº 1155418 de 7/12/2005 celebrado com a LightCom Comercializadora de Energia S.A. anteriormente denominada Light ESCO-Prestação de Serviços Ltda. a Cia. formalizou a venda de toda a energia produzida no período 1º/02/2011 a 31/12/2025. De acordo com o demonstrado no Balanço Patrimonial o capital circulante líquido (CCL) da Cia. está negativo em R\$ 3.008. Cabe ressaltar, que os valores lançados para fins de financiamento no curto prazo são valores de 12 meses, o que não acontece nos clientes (ativo circulante), pois os valores a receber contemplam apenas 1 mês. Com isso, a Cia. assegura, através de fluxo de caixa orçado que conseguirá arcar com todo o seu passivo circulante, não restando dúvidas sobre a continuidade da Cia. Em 03/08/2021 por meio da Resolução Homologatória nº 2919 a Cia. obteve a homologação do prazo de extensão da outorga da usina em 2504 dias, porém a Cia. está discutindo com a ANEEL a revisão do cálculo do término do prazo de autorização, visto que deveria ser superior. A Cia. foi beneficiada, nos termos da Lei 9.427/96 instituída pela ANEEL, art. 26 § 12, que possibilita o deslocamento do prazo, da seguinte forma: início da contagem do prazo de outorga (da data da publicação da autorização para a data de entrada em operação comercial da 1ª UG), aplicável a usinas com prazo de outorga de 30 anos que não tenham sido penalizadas pela ANEEL por atraso no cronograma. A homologação, ocorreu em 14/12/2021 através da Resolução Autorizativa nº 10.972. 1.1 Impactos do COVID-19: 1.1.1 Contexto Geral: Em 11/03/2020, a OMS declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID-19 possam provocar. No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20/03/2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde. 1.1.2 Medidas de assistência governamental: Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, contudo, a Cia. não adotou nenhuma medida de assistência governamental. 1.1.3 Impacto nas DFs: Considerando o estágio da disseminação do surto de COVID-19, a Cia. revisou seu planejamento estratégico e adotou as seguintes medidas: • adiamento de todas as atividades de manutenção não essenciais, desde que não comprometam a segurança operacional; • monitoramento contínuo de nossos colaboradores e de seus familiares; • substituição das reuniões físicas por videoconferências e audiokonferências; • campanhas internas de conscientização e orientações de higienização e lavagem frequente das mãos, cuidados ao tossir e espirrar e evitar aglomerações; • reforço na limpeza e higienização dos ambientes da usina e escritório; • fornecimento de álcool em gel de bolso, máscaras e luvas para todos os colaboradores;

• fixação de dispenser de álcool em gel em pontos estratégicos da usina e do escritório administrativo; • fixação de mensagens em locais visíveis aos colaboradores sobre os cuidados de prevenção sobre o Coronavírus; A Cia. preservou o caixa, teve geração positiva de caixa em 2021 e 2020, pagou empréstimos e fornecedores, não precisou acessar financiamentos externos e não sofreu nada relevante que possa afetar a continuidade ou a realização dos ativos. Os impactos do COVID-19 foram baseados nas melhores estimativas da Administração e não foram relevantes para a Cia. 2. Resumo das principais políticas contábeis: As DFs da Cia. foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC, em consonância com a lei das S.A.s e evidenciam todas as informações relevantes próprias das DFs, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das DFs foi autorizada pela diretoria em 07/03/2022. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das DFs estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados. 2.1 Base de preparação: A preparação de DFs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Cia. no processo de aplicação das políticas contábeis da Cia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as DFs, estão divulgadas na Nota 3. 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas DFs estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Cia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2.3 Base de mensuração: As DFs foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias de níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 5.3 de instrumentos financeiros. 2.4 Principais políticas contábeis: 2.4.1 Instrumentos financeiros: A Cia. classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, TVM, e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa. A Cia. reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo Valor Justo por meio do Resultado (VJR) acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação. A Cia. não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Cia. transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Cia. em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado. (ii) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e ativos financeiros da Cia. compreendem contas a receber (concessionárias e permissionárias) e caixa e equivalentes de caixa. Despesas com juros são reconhecidas no resultado. A Cia. desconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas, canceladas ou expiram. No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. 2.5 Contas a receber de clientes: Correspondem aos valores a receber de clientes pela disponibilidade e geração de energia produzida pela usina. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menor, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perda esperada. 2.6 Imobilizado: a. Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição e construção, que inclui: terreno, máquinas e equipamentos, custos financeiros e ambientais e custos gerais, totalizando o custo de construção da usina hidroelétrica. b. Depreciação: A depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, baseado na vida útil estimado dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes: Edifícios: 25-30 anos; Máquinas e equipamentos: 22-30 anos; Móveis e utensílios: 10 anos; Equipamentos de informática: 5 anos; Veículos: 5 anos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. c. Redução ao valor recuperável de ativos: O imobilizado e outros ativos não circulantes são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. 2.7 Contas a pagar aos fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. 2.8 Financiamentos: Os financiamentos tomados foram reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"). 2.9 Provisões: As provisões são reconhecidas quando a Cia. tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. 2.10 Demais ativos e passivos: São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses. 2.11 I.R. e C.S. corrente: O I.R. e C.S. do exercício corrente serão determinados mediante a aplicação do percentual das alíquotas de presunção de 8% e 12%, respectivamente, sobre a receita bruta auferida no período de apuração, visto que a Cia. é optante pelo Lucro Presumido. Posteriormente são aplicados a alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para I.R. e 9% para a C.S. sobre o lucro líquido sobre a base de presunção. 2.12 Reconhecimento de receita: A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente (LightCom Comercializadora de Energia S/A). A Cia. reconhece a receita quando realiza a prestação de serviço de geração de energia, e tem como parâmetro de contabilização o regime de competência. 2.13 Distribuição de dividendos: A distribuição de dividendos aos acionistas da Cia. é reconhecida como um passivo nas DFs ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Cia. Qualquer valor acima do obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 15d. 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. a. Perda (Impairment) estimada de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para um período equivalente à vida útil do ativo em análise e não incluem atividades de reorganização com as quais a Cia. ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação. Em 31/12/2021 e 2020, a Cia. avaliou e não identificou nenhum indicativo de impairment. b. Provisões: A Cia. é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela assessoria jurídica externa com base em seus pareceres e nos julgamentos da Administração. Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentados na nota explicativa 14. 4. Novas normas e interpretações ainda não efetuadas: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Cia. são os seguintes: a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas DFs consolidadas da Cia.: Norma: IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08, IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2); Descrição da alteração: Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR). Vigência: 01/01/2021. As alterações em Pronunciamentos que entram em vigor em 01/01/2021 não produziram impactos relevantes nas DFs. b) Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2022: Norma: IAS 37 / CPC 25; Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Descrição da alteração: Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato). Vigência: 01/01/2022. Norma: IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado. Descrição da alteração: Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de

itens produzidos durante a fase de testes do ativo. Vigência: 01/01/2022. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Cia. está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos. 5 Gestão de risco financeiro: 5.1 Fatores de risco financeiro: a. Risco de crédito: A Cia. está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações da Administração da Cia. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31/12/2021. Também é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por possuir como único cliente a LightCom Comercializadora de Energia S.A. A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações da administração da Cia. e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez. b. Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Cia., sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. O excesso de caixa gerado pela Cia. é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou líquido suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Os vencimentos do financiamento, considerando os juros contratuais, estão demonstrados a seguir. Vencimentos / Itaú: 2022: 4.224; 2023: 4.138; 2024: 4.138; 2025: 2.414; Total: 14.914. c. Risco de taxa de juros: A Cia. está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros cause em aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita à variação de IPCA. d. Valorização dos instrumentos financeiros: A Cia. opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores e financiamentos. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em

Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. CNPJ: 09.024.809/0001-28				
Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
8.2 Variação de depreciação entre o resultado e imobilizado, decorrente da baixa de veículo, no valor de R\$ 112.112,00				
	Intangíveis	Sof-tware	Direito de extensão outorga-GSF	Out-tros
Saldo em 31/12/2019	- 72	- 11	- 11	83
Adições	- 7	- 7	- 7	14
Transferência	- 11	- 11	- 11	-
Saldo em 31/12/2020	- 90	- 29	- 29	97
Adições	- 31	- 6.757	- 6.757	6.788
Transferência	1.236	7	(7)	1.236
Saldo em 31/12/2021	1.236	129	6.757	7.529
Amortização acumulada				
	Servi-dões	Sof-tware	Direito de extensão outorga-GSF	Out-tros
Saldo em 31/12/2019	- 14	- 11	- 11	69
Amortização	- 30	- 30	- 30	30
Saldo em 31/12/2020	- 44	- 41	- 41	44
Amortização	- 34	- 34	- 34	34
Saldo em 31/12/2021	- 78	- 75	- 75	78
Valor contábil líquido				
Em 31/12/2019	- 58	- 11	- 11	69
Em 31/12/2020	- 46	- 7	- 7	53
Em 31/12/2021	1.236	51	6.757	7.450
A Resolução Autorizativa nº 1.748, de 6/01/2009, que autoriza a Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da PCH Rio do Braço, localizada no Município de Rio Claro, RJ, está regida sob as condições estabelecidas nos arts. 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7/07/1995, regulamentada pelo Decreto nº 2.003, de 10/09/1996. Essa Resolução menciona, em seu art. 10, a previsão de que ao final do prazo da autorização, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigida que a autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. O Decreto 2003/96 da ANEEL, em relação às indenizações a que se referem as resoluções autorizativas, consideram no seu art. 20 § 1º: Art. 20. No final do prazo da concessão ou autorização, os bens e instalações realizados para a geração independente e para a autorização de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados. § 1º Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original, e a depreciação apurada por auditoria do poder concedente. a) Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor-GSF): Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidroelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017. A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidroelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física; (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e; (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação será realizada mediante extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Anel. Em 1º/12/2020, foi editada a Resolução Normativa Anel nº 895, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidroelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE; (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionados ao MRE; (iii) não ter repactuado o risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015; Em 03/08/2021, a Anel homologou, por meio da Resolução Homologatória 2.919/2021, o prazo de extensão da outorga das usinas hidroelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia-MRE, incluindo todas as usinas da Cia. que se enquadram na repactuação, exceto Queimado e Itapé, que repactuaram o risco hidrológico por meio da Resolução nº 684/2015 e não foram contempladas na ReH nº 2.919/2021. Os valores homologados estão em linha com as estimativas da Cia., baseadas na ReN. Anel nº 895/2020. Em 14/09/2021, a Anel homologou o prazo de extensão da outorga das usinas hidroelétricas participantes do MRE, por meio da Resolução Homologatória ReH 2.932/2021, cujo prazo de extensão estava em discussão no âmbito do Regulador, não sendo contemplados na ReH 2.919/2021. Assim, em 2021, foi reconhecido um aumento do ativo intangível, referente à extensão da outorga. Como resultado, o ativo intangível alcançou o montante total de R\$ 6.757, reconhecido em contrapartida à rubrica "Repactuação do risco hidrológico-Lei 14.052/20" 9 I.R. e C.S.: A Cia. vem adotando o regime de tributação lucro presumido desde o exercício de 2011.				
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita de geração auferida no exercício	19.363	19.363	18.263	18.263
Percentual de Presunção do I.R. (8%) e da C.S. (-12%)	8%	12%	8%	12%
I.R. e C.S. às alíquotas da legislação	1.549	2.324	1.461	2.192
RELAÇÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DFs: Aos Acionistas e Administradores da Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. Opinião: Examinamos as DFs da Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. ("Cia."), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. em 31/12/2021, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das DFs". Somos independentes em relação à Cia., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes: Os valores correspondentes contidos nas DFs referentes ao exercício findo em 31/12/2020, apresentados para fins de comparação, foram examinados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 1º/03/2021, sem modificação. Responsabilidades da Administração pelas DFs: A Administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada das DFs de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de DFs livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das DFs, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das DFs, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Cia, ou cessar suas operações, ou não ter nenhuma alternativa real para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Cia. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das DFs. Responsabilidades do auditor pela auditoria das DFs: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as DFs, tomadas em conjunto, são livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de sempre auditoria detecta como mesmo distorções relevantes existentes. Como distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas DFs. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas DFs, independentemente se causadas por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existem incertezas relevantes em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvidas em significativa relação à capacidade de continuidade operacional da Cia.. Se concluímos que existem incertezas relevantes, chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas DFs ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossos conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até os dados de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das DFs, inclusive como divulgações e se as DFs representam as correspondentes transações e os eventos de forma compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das atividades que constatam significativas de auditoria, inclusive como eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. RJ, 8/03/2022. DELOITTE TOUCHÉ TOHMATSU - Auditores Independentes Ltda. - CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ; Diego Wailer da Silva - Contador - CRC nº 1 RS 074562/O-3				
Rendimento de Aplicação Financeira				
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Base para cálculo do I.R. e C.S.	1.861	2.636	1.922	2.652
Alíquota nominal combinada do I.R. e da C.S.-%	25%	9%	25%	9%
I.R. e C.S. às alíquotas da legislação	441	237	456	239
Alíquota Efetiva do I.R. e C.S.	-65%	-35%	29%	15%
10 Fornecedores				
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para liquidação de energia de CP		103	22.022	
Outros		149	658	
		253	22.680	
A variação de 2020 para 2021 é referente ao pagamento do GSF no valor de R\$ 22.107.				
11 Financiamentos				
	Moeda Nacional	Taxa anual de juros a.a.	31/12/2021	31/12/2020
CCB		IPCA + 5,05%	14.914	19.012
Financiamento-principal e juros			14.914	19.012
Passivo circulante			4.224	4.184
Não-circulante			10.690	14.828
O montante registrado em principal e juros tem a seguinte composição:				
	Emprestimo	31/12/2020	Aquisição	Amortização
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2021
Financiamento		Principal	Juros	Principal
	Itaú	19.012	- 1.328	4.142
	Total:	19.012	- 1.328	4.142
		19.012	- 1.328	4.142
Vencimentos / Itaú: 2023: 4.138; 2024: 4.138; 2025: 2.414; Total: 10.690. b) Em 30/09/2020, a Cia. assinou contrato de financiamento no valor de R\$ 20.000 junto ao Banco Itaú S/A, nas seguintes condições: • Data de Entrada do Recurso: 30/09/2020. • Prazo: 58 parcelas, com pagamentos mensais sem carência. • Taxa: IPCA + 5,05%aa; • Garantias Concedidas: Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Alienação Fiduciária de Ações. • Covenants financeiros: Devido a esse financiamento, a Cia. fica obrigada a cumprir o seguinte índice: O índice de cobertura do serviço da dívida de no mínimo 1,20, calculado com base no EBITDA dividido pelo serviço da dívida (despesa financeira somada às parcelas de principal das dívidas referentes ao mesmo período (últimos 12 meses). Cabe ressaltar, que o índice citado acima é cumprido pela Cia. c) Em conjunto com a CCB, a Cia. contratou operação de swap de índices, junto ao Banco Itaú S.A. e/ou suas afiliadas, através de uma nota de negociação ("SWAP"), com início em 30/09/2020 e com as seguintes características: • Valor Fixo: R\$ 20.000 • Prazo e Fluxo: mesmo da CCB • Vencimento: 15/07/2025 • Fator de correção CDI, percentagem 100% • Taxa de juros exponencial-3,70% a.a.				
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Instrumentos financeiros	1.097	829		
12 Compensação ambiental				
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Medidas compensatórias	99	99		
Por se tratar de Cia. que possui licenciamento ambiental para realização do empreendimento, a mesma contribui para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, conforme estabelecido no termo nº 36/2006. Desta forma, a Cia. procedeu à provisão do valor mencionado no termo/contrato e parte foi realizada nos exercícios anteriores.				
13 Impostos e Contribuições a Recolher				
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Pls sobre Faturamento	10	9		
Cofins sobre Faturamento	47	44		
Outros	26	22		
	83	75		
14 Contingências: A Administração, de acordo com o CPC 25, adota o procedimento de classificar as causas imprevistas contra a Cia. em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma: I-Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco provável: São constituídas provisões. II-Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco possível: As informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas. III-Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco remoto: Somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações contábeis. A Cia. não possui contingências em 31/12/2021 e 2020 com risco de perda provável, de acordo com seus advogados externos. Em 31/12/2021 e 2020, a Cia. possuía as seguintes causas possíveis: A Cia. é parte de um Processo Administrativo / Notificação por parte da SPU-Secretaria de Patrimônio da União, onde é alegado que as margens do Rio do Braço seriam de propriedade da União, e que, portanto, é devida a União uma remuneração pelo uso dessas áreas. • A Cia. entende que a aplicação desse conceito só é válida para rios navegáveis, o que certamente o Rio do Braço não é. Foi apresentada defesa tempestiva e posteriormente foram enviados esclarecimentos adicionais sobre o tema. • Os consultores jurídicos da Cia. entendem que não é devida nenhuma remuneração pois o rio do Braço não é navegável, e não se enquadra no Decreto-lei nº 9.760/46, art. 4º. Nesse sentido, foi apresentado a defesa no referido processo e, portanto, não há valor envolvido. 15 Patrimônio líquido: a. Capital social: O Capital social em 31/12/2021 e 2020 é de R\$ 35.432, representado por 17.096.592 em ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Nos anos de 2020 e 2021, houve modificações no controle acionário, conforme detalhamento abaixo: • Em 24/09/2020, houve transferências de ações do Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia para				
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Riscos Operacionais	46.692.021.100.101.100.000.000	14/03/2021 a 14/03/2022		91
Responsabilidade Civil	28.522.021.002.103.500.000.000	14/03/2021 a 14/03/2022		12
Veículo	517720219V31232288	21/11/2021 a 21/11/2022		7
Marcelo Pedreira de Oliveira - Diretor Presidente; Glicia dos Santos Lima Alcantara - Contadora - CRC 116761/O-0				

Rio de Janeiro

OUTONO: Aumento de nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

Manhã Tarde Noite 32° 22° 85% 05:46 18:26

CORDOVIL

Familiares denunciam que PM matou jovem

Familiares do adolescente Cauã da Silva, 17, denunciam que o jovem foi morto durante uma ação da Polícia Militar na noite de segunda-feira passada, em Cordovil, zona norte do Rio de Janeiro.

Segundo a família, o jovem participava do evento de um projeto social, onde treinava jiu-jitsu, quando foi alvejado por agentes com um tiro no peito.

"Depois do evento, assim que acabou, a polícia entrou atirando. Nesse desespero, todos correram. Inclusive o Cauã. Ele foi cercado. Deram um tiro no peito dele e, para piorar, jogaram o corpo dentro de um rio", afirma Juliana da Silva,

tador", diz Juliana. "Mas, infelizmente, o sonho dele foi cortado pelo estado."

Em nota, a Polícia Militar diz que a 1ª Delegacia de Polícia Judiciária Militar (DPJM) instaurou um inquérito policial militar para apurar as circunstâncias do caso. Questionada sobre detalhes da ação, o número de presos, a PM não respondeu até o fechamento desta reportagem.

A morte do jovem acontece quase duas semanas depois de o governo do estado publicar um decreto criando o Plano Estadual de Redução de Letalidade em Decorrência de Intervenção Policial, cujo objetivo é diminuir o número de mortes durante operações da polícia. A medida, porém, foi criticada por especialistas, que a consideram pouco objetiva.

No começo da tarde de ontem, a família do jovem esteve no IML (Instituto Médico-Legal), no centro do Rio, para liberar o corpo do jovem. Muito emocionada, Cláudia Helena Camargo, mãe de Cauã, falou brevemente com a imprensa.

"Foi uma injustiça o que fizeram com meu filho. Acabaram com a vida dele. Meu filho teve o corpo jogado dentro de um rio com um tiro no peito."

ASSASSINATO

Juíza concede liberdade à Monique envolvida na morte do filho Henry

VLADIMIR PLATONOW/ABRASIL

A professora Monique Medeiros, denunciada pela morte do filho Henry Borel, vai deixar a cadeia. A decisão, da juíza Elizabeth Machado Louro, do 2º Tribunal do Júri da capital, foi divulgada ontem. A criança, de quatro anos, morreu em 8 de março do ano passado.

Monique será monitorada por uma tornozeira eletrônica e não poderá manter contato com nenhuma testemunha do

caso. A juíza rejeitou o pedido de defesa de Jairo Souza Santos Júnior, o Dr. Jairinho, também denunciado pela morte da criança, e manteve sua prisão preventiva. Ambos foram presos em abril de 2021.

Na decisão, a magistrada ressaltou os episódios de ameaça e agressão sofridos por Monique dentro do presídio. "Ocorre que, mesmo em ambiente carcerário, multiplicaram-se as notícias de ameaças e violação do sossego da requerente, que, não obstante, não tenham sido comprova-

das, ganharam o fórum das discussões públicas na imprensa e nas mídias sociais, recrudescendo, ainda mais, as campanhas de ódio contra ela dirigidas", disse a magistrada.

Ao recusar o pedido de soltura de Dr. Jairinho, a juíza Elizabeth Louro disse que os argumentos utilizados pela defesa dele para a revogação da prisão já foram analisados em outros momentos do processo, inclusive por instâncias superiores, e que não há nada a decidir.

"Mais uma vez, a defesa do requerente demonstra, sem margem a dúvidas, que a ela não cabe alegar excesso de prazo na prisão, o qual, se vier a existir, somente a ela pode ser imputada a causa. Embora não haja argumentos a enfrentar, considerando a narrativa da denúncia, a prova da materialidade até aqui consolidada, a extrema gravidade concreta do delito de que se cuida e a substância dos três pressupostos sob os quais veio a ser decretada a prisão cautelar", disse a juíza.

Nota

CONSELHO DE ÉTICA ABRE PROCESSO CONTRA VEREADOR GABRIEL MONTEIRO

O Conselho de Ética da Câmara Municipal do Rio de Janeiro decidiu ontem abrir representação disciplinar contra o vereador Gabriel Monteiro (PL). A decisão foi unânime. Ao todo, sete vereadores votaram. O processo pode levar à cassação do mandato de Monteiro, que também é ex-PM e foi alvo de diversas denúncias, como estupro e assédio sexual. Em denúncias exibidas pela TV Globo, pessoas que trabalharam com o vereador relataram rotinas de assédio moral, sexual e agressões físicas. Uma mulher, que não se identificou, o acusou de estupro. Assessores afirmaram que alguns dos vídeos publicados no canal do vereador em redes sociais eram forjados e manipulados. Gabriel Monteiro nega as acusações. Ele terá direito a se defender no decorrer do processo.

RIO LANÇA FESTIVAL DE FOLIA ACESSÍVEL QUE ENGLABA FESTAS DIVERSAS

O projeto Um Novo Olhar deu início hoje (5) ao Festival Acessibilífolia, com foco na acessibilidade em todos os tipos de folia, englobando carnaval, festas juninas, bandas de frevo, Boi Bumbá, entre outros. O festival vai ter rodas de conversa sobre a folia em geral, mas está mais voltado para o carnaval, "porque o Carnabril, como o pessoal chama, está vindo aí", disse à Agência Brasil André Ramos, membro da equipe de coordenação do evento e saxofonista da Orquestra Voadora, banda musical brasileira formada no Rio de Janeiro em 2008. A programação, presencial e gratuita, se estenderá até 27 de abril e se destina a pessoas com e sem deficiência. "Mas as pessoas com deficiência têm prioridade", destacou Ramos.



TRANSMISSORA PORTO ALEGRENSE DE ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 10.938.103/0001-50

Relatório da Administração - Apresentamos a seguir as demonstrações financeiras da Transmissora Porto Alegre de Energia S.A. e o relatório dos auditores independentes.

Balanco patrimonial em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais)				Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais)					
Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de Lucro	Lucros e prejuízos acumulados	Total
Circulante				38.146	6	223	3.178	-	41.553
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.220	15.400	-	-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias	6	824	993	-	-	-	-	2.430	2.430
Créditos a receber	7	1.016	-	-	-	122	-	(122)	-
Tributos e contribuições a recuperar	8	997	851	-	-	-	-	(576)	(576)
Concessão do serviço público (ativos de contrato)	9	9.339	4.236	-	-	-	1.732	(1.732)	-
Outros ativos circulantes		40	14	38.146	6	345	4.910	-	43.407
Total do ativo circulante		16.436	21.494						4.089
Não circulante									4.089
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	9	79.036	83.668	-	-	204	-	(204)	-
Partes relacionadas		98	98	-	-	-	-	(2.800)	(2.800)
Imobilizado		9	-	38.146	6	549	(4.910)	(1.085)	(5.995)
Total do ativo não-circulante		79.143	83.766						38.701
Total do ativo		95.579	105.260						95.579
Passivo e patrimônio líquido									
Circulante									
Fornecedores		31	15						
Obrigações Tributárias		127	1.625						
Empréstimos e financiamentos	11	1.547	3.369						
Instrumentos financeiros derivativos	11	264	-						
Dividendos a pagar	14	1.038	577						
Contas a pagar	12	1.000	3.087						
Encargos setoriais	13	308	470						
Outros Passivos Circulantes		-	35						
Total do passivo circulante		3.315	9.178						
Não circulante									
Empréstimos e financiamentos	11	36.480	35.054						
Instrumentos financeiros derivativos	11	1.860	2.256						
Tributos diferidos	10	13.225	13.365						
Contas a pagar	12	998	2.000						
Total do passivo não circulante		53.563	52.675						
Patrimônio líquido									
Capital social	15	38.146	38.146						
Reserva de capital		6	6						
Reserva Legal	15	549	345						
Reserva de lucros	15	-	4.910						
Total do patrimônio líquido		38.701	43.407						
Total do passivo e patrimônio líquido		95.579	105.260						

Demonstração do resultado do exercício Em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida		8.726	8.861
Custos Operacionais	16	(2.337)	(349)
Lucro Bruto		6.389	8.512
Despesas operacionais e administrativas		(364)	(694)
Lucro antes das receitas(despesas) financeiras		6.025	7.818
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		2.072	173
Despesas financeiras		(4.455)	(4.486)
Resultado financeiro, líquido	18	(2.383)	(4.313)
Outras receitas operacionais			
Ganhos pelo valor de indenização		876	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		4.518	3.505
Imposto de renda e contribuição social corrente	19	(397)	(281)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(32)	(794)
Lucro líquido do exercício		4.089	2.430

Demonstração do resultado abrangente Em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
	31/12/2021	31/12/2020	
Lucro líquido do exercício	4.089	2.430	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Resultado abrangente do exercício	4.089	2.430	

Demonstração dos fluxos de caixa Em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
	31/12/2021	31/12/2020	
Lucro líquido do exercício	4.089	2.430	
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Despesas com Juros	2.456	3.699	
Impostos correntes e diferidos	430	795	
Remuneração do ativo de contrato	(6.816)	(7.369)	
Margem de Construção, operação e remuneração do ativo de contrato da Transmissão	(2.603)	(2.615)	
Amortização do Ativo de Contrato	-	11.580	
Dividendos a Pagar	-	(577)	
Instrumentos financeiros derivativos (Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Consumidores e concessionárias	9.116	(97)	
Impostos a recuperar	(146)	(257)	
Ativo de Contrato	-	(528)	
Outros ativos circulantes	(1.042)	78	
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	16	(16)	
Tributos e contribuições sociais corrente e diferido	(2.067)	570	
Contas a pagar	-	(17.012)	
Outras obrigações	(3.286)	159	
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	147	(6.904)	
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras e recursos vinculados	428	-	
Imobilizado	(9)	-	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	419	-	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Novos empréstimos e financiamentos e debentures	-	27.980	
Amortização de principal empréstimos e financiamentos	(760)	(8.235)	
Pagamentos de juros empréstimos e financiamentos	(2.253)	-	
Liquidação Instrumentos	(399)	1.193	
Dividendos Pagos	(8.334)	-	
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(11.746)	20.539	
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(11.180)	13.635	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15.400	1.765	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4.220	15.400	
Aumento (diminuição) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(11.180)	13.635	

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31/12/2021 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: 1.1. **Objeto Social** - A Transmissora Porto Alegre de Energia S.A. ("Companhia" ou "TPAE") é uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica regularizada e instalada no Estado do Rio Grande do Sul, com CNPJ nº 10.938.103/0001-50 e Inscrição Estadual CGC/TE nº 096/3313657. Foi constituída com o objetivo de implantar, operar e manter uma linha de transmissão subterrânea de 12 km (230 kV) no Município de Porto Alegre em função da participação e vitória de seus sócios em um processo licitatório conduzido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 17/05/2009. A companhia tem como acionistas a V2 Energia S.A. (V2) com 90,35% e a Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEET, com 9,65%. 1.2. **Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica** - O Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia foi formalizado com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 29/11/2009, pelo prazo total de 30 anos. A linha de transmissão de energia, foi implantada com sucesso, estando desde maio de 2012 energizada e em fase de avaliação pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) para liberação e início de operação. Tal formalidade da ONS foi realizada em 02/12/2013 por meio da Carta ONS nº 1467/100/2013, deliberando que a Companhia estava apta a operar de forma integrada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), desde 22/11/2013. As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do sistema interligado-SIN por um período de 30 anos são: (I) Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão; (II) Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas; (III) Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade, providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico; (IV) Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória. (V) Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; (VI) Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e (VII) Operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. 1.3. **Encargos regulamentares** - Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas. A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria. 1.4. **Impactos do COVID 19 nos negócios da Companhia** - Em 11/03/2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia, dado os vários casos de contágio ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus fez com que as autoridades de diversos países adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, medida essa também adotada no Brasil. Houve impacto significativo na economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm adotando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar os efeitos econômicos produzidos pela pandemia. No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os espec-

ativos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20/03/2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde. Considerando as ações que o Governo estruturou de suporte ao Setor de Energia Elétrica, a Companhia segue monitorando as obras em andamento, adotando todas as medidas cabíveis para mitigar possível atraso e mantém contínua comunicação com o regulador sobre eventuais atrasos que poderão ocorrer até a normalização das atividades comerciais do mercado como um todo. Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos contábeis, divulgados a seguir: A Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador. Os negócios da Companhia apresentam receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos nossos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência do COVID-19 no ano de 2021. Com base na avaliação acima, em 31/12/2021 e até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, não foram identificados impactos significativos nos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação. 2. **Políticas contábeis:** 2.1. **Declaração de Conformidade** - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 31/03/2022. 2.2. **Moeda funcional e base de mensuração** - Os itens incluídos nas informações contábeis intermediárias são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. 2.3. **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** - A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revisados a menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Nota explicativa 9 - Ativo de Contrato; Contabilização de contratos de concessão; e Nota explicativa 10 - Impostos Diferidos; Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido. 2.3.1. **Estimativas e Premissas** - Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato, além da análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada. As estimativas significativas são revistas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente. 3. **Principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. 3.1. **Caixa e equivalentes de caixa** - O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. 3.2. **Instrumentos financeiros - Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração** - São classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento. As aquisições ou alienações de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. **Mensuração subsequente** - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio - A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo). **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros** - A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. **Passivos financeiros** - São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31/12/2021, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. **Reconhecimento inicial e mensuração** - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. **Mensuração subsequente** - a mensuração de passivos financeiros é como segue: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado** - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem reconhecidos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado** - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraiados e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraiados, sujeitos a juros. **Desreconhecimento** - um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros** - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 3.3. **Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual** - Os contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a TP AE regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho construir, manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Com a entrada em vigor em 1º/01/2018 do CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nesta norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como uma "Concessão do serviço público (ativo contratual)". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é



TRANSMISSORA PORTO ALEGRENSE DE ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 10.938.103/0001-50

a data do balanço. **3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos** - Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.7. Dividendos** - A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal. **3.8. Contingências** - As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança. **3.9. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")** - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve identificação de ativos a serem ajustados ao valor recuperável. **3.10. Reconhecimento de receita** - As receitas são reconhecidas quando o conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado, for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação a qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: Receita de Construção, Receita de Operação e Manutenção e Receita de Remuneração sobre ativo contratual, conforme detalhado na nota 3.3 Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual. **3.11. Despesas operacionais** - As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.12. Imposto de renda e contribuição social e diferido** - A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada a alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31/12/2021, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia. **3.13. Despesas e receitas financeiras** - As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros. **4. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board:** (i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 - Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1 (1º de janeiro de 2023) / IFRS 2 - Declaração de prática (sem data de vigência ou exigência de transição)

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais	1º de janeiro de 2021
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Em 31/03/2021, o IASB estendeu até 30/06/2022, a aplicação do expediente prático do IFRS 16, em decorrência de benefício concedido a arrendatários ("lease concessions") em decorrência da pandemia de COVID-19	31 de março de 2021

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificados qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia. **5. Caixa e equivalentes de caixa:** O saldo de caixa e equivalentes de caixa refere aos saldos abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e saldos em conta corrente bancária	195	140
Aplicações financeiras (i)	4.025	15.260
	4.220	15.400

(i) Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundo de investimento, não exclusivo, sendo a grande maioria administrado pelo Banco Itaú, que tiveram no ano de 2021, remuneração média referenciada ao CDI de 116% (em 31/12/2020 de 86%). A carteira do Fundo é por ativos considerados de baixo risco, como títulos públicos federais, debêntures e letras financeiras. **6. Concessionárias e permissonárias:** O saldo de concessionária e permissonária refere aos saldos abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Concessionária e permissonárias (a)	824	993
	824	993

(a) O saldo em aberto em 31/12/2021 corresponde aos vencimentos de abaixo

Vencimentos	Montantes
Valores pagos antes do Vencimento	(45)
05/01/2022	28
15/01/2022	41
25/01/2022	772
05/02/2022	28
Total	824

A Administração acredita que não há expectativa de Perda Estimada de Créditos e Liquidações Duvidosas visto que as parcelas em aberto se referem em sua totalidade em saldos de 2022. **7. Créditos a receber:** O saldo de créditos a receber refere aos saldos abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Indenização de seguro (a)	876	-
Riseline Smart Energy Solutions	114	-
Outros	26	-
	1.016	-

(a) Valor refere-se à indenização de seguro, devido ao tempo que a empresa não operou devido ao sinistro ocorrido. **8. Tributos e contribuições a recuperar:** O saldo de tributos e contribuições a recuperar refere aos saldos abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda	584	399
Contribuição Social	307	248
Imposto de Renda Retido na Fonte	48	48
PIS a compensar	9	29
COFINS a compensar	43	129
Outros	6	-
	997	851

Os saldos se referem a valores retidos na fonte que serão compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável. **9. Concessão de serviço público (ativo de contrato):** Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47. As concessões das Companhias de transmissão por não ser onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União. Os ativos contratuais, serão recebidos pelas controladas através da Receita Anual Permitida - RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão. Conforme previsto pelo CPC47/IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde para o exercício findo em 31/12/2019 não foi identificado necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato. A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, refletiu o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à

época da realização do investimento.

Descrição	TPAE
Linhas de Transmissão	15,54%
Margem de construção	10%
Margem de operação e manutenção	5,40%
Taxa de remuneração	IPCA
Índice de correção dos contratos	53,041
Custos incorridos até 31/12/2020	9,855
RAP Anual	87,904
Ativo de contrato 31/12/2020	6,816
Receita de remuneração do ativo de contrato	2,603
Receita das margens da obrigação de performance de construção	(8.948)
Recebimento RAP	88.375
Ativo de contrato 31/12/2021	9.339
Circulante	79.036
Não circulante	-

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeta ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Companhia para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia. **Receita Anual Permitida - RAP** - O investimento total foi de aproximadamente R\$75 milhões com uma receita anual líquida da RAP e garantia de R\$7.293, conforme estabelecido na resolução homologatória da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 1.918, de 23/06/2015, que é uma receita garantida por Contratos pela ANEEL e pelo ONS por meio dos quais todos os usuários (em torno de 220 empresas) do Sistema Integrado Nacional (SIN) farão pagamentos mensais para a TP AE. O valor da RAP é corrigido anualmente no mês de julho de cada ano pela variação do IPCA. **10. Tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente:** **10.1 Obrigações tributárias** - O saldo de obrigações tributárias a pagar referem-se aos saldos abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda	42	40
Contribuição Social	52	-
PIS	5	51
COFINS	25	233
INSS	2	2
IRRF	-	1.009
CSLL/PIS/COFINS	1	2
Parcelamento PIS e COFINS	-	288
	127	1.625

10.2 Tributos diferidos - O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. A apresentação do movimento dos tributos diferidos no resultado segue abaixo. **Passivo - Diferenças temporárias**

	2021	2020
Saldo Inicial	13.365	12.571
Imposto de renda	56	584
Contribuição social sobre o lucro líquido	24	210
Ajuste anos anteriores	(220)	-
Total líquido - Passivo não circulante	13.225	13.365

As diferenças temporárias, considerando a presunção do regime de tributação, são:

	2021	2020
Concessão do serviço público - ativo de contrato	88.736	13.225
Total - Passivo não Circulante	13.225	13.365

11. Empréstimos e financiamentos: A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade de Amortização	(Taxa efetiva de juros)
	2021	2020				
Total em Moeda Nacional	38.027	38.422	2.968	15/10/2030	Semestral	2,65% a.a.
Total	38.027	38.422				

A movimentação dos empréstimos e debêntures estão demonstradas a seguir:

	31/12/2020	Paga-mento principal	Encargos, atuali-zação monetária e custos	Paga-mento de juros	31/12/2021
Financiamento Itaú (a)	38.422	(760)	2.618	(2.253)	38.027
Total ao valor justo Circulante	38.422	(760)	2.618	(2.253)	38.027
Não circulante	1.182	-	-	-	1.547
	37.240	-	-	-	36.480

(a) Foi contratada operação de Capital de Giro no Itaú através da CCB n. 10012010000500, com desembolso de R\$38 milhões em outubro de 2020, primeiro pagamento em 15/04/2021 e vencimento em 15/10/2030. **Amortização da dívida** - Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Vencimento	31/12/2021	31/12/2020
2023		3.097	
2024		4.028	
2025		4.256	
2026		4.484	
2027 a 2030		20.615	
		36.480	

Instrumentos Financeiros

Derivativos	Taxa de juros	Vencimento	31/12/2021	31/12/2020
Valor justo do ativo financeiro na ponta passiva IPCA	2,65 a.a.	15/10/2030	44.108	41.799
Valor justo do ativo financeiro na ponta passiva CDI			(41.984)	(39.543)
			2.124	2.256

SWAP (a)

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	264	-
Não Circulante	1.860	2.256
Total	2.124	2.256

(a) Atrelado ao empréstimo do Itaú referenciado no item acima, foi gerado um Contrato de SWAP n. 109820090005400, de 01/10/2020, junto ao Itaú. Foi utilizada a metodologia de valor justo para a mensuração do ativo e passivo financeiro. O valor justo na ponta passiva de IPCA, foi de R\$ 44.107 e o valor justo na ponta ativa de CDI, foi de R\$ 41.983, auferindo o resultado de R\$ 2.124 de resultado passivo. **12. Contas a pagar:** Os saldos de contas a pagar são compostos por valores das companhias abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Procable Energia e Telecom (a)	1.998	5.086
	1.998	5.086

(a) Valor correspondente a confissão de dívida conforme contrato de compra e venda. **13. Taxas setoriais:** Os saldos de taxas setoriais são compostos pelas taxas abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
FNDCT	8	9
MME	2	3
P&D	70	330
RGR	185	125
TFSE	43	3
	308	470

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissonárias e autorizadas, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas. A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria. **14. Contingências:** Em 31/12/2021 a TP AE possui o seguinte processo de contingência passiva na área Cível. O objeto são Ações de Constituição de Serviço e a Administração acredita que há prognóstico possível de perda, totalizando o valor de causa de R\$81 (R\$ 284 em 2020).

Processo	Réu	Possível
0023801-19.2019.8.21.0001	Liliane Dias Cicarelli	R\$81

15. Patrimônio líquido: Capital social

	2021	2020
Subscrito/Integralizado	Quantidade Capital % parti-de quotas social cipação	Quantidade Capital % parti-de quotas social cipação
V2i Energia	34.465.144	34.465.143
CEEE-GT	3.681.114	3.681.114
	38.146.258	38.146.257

de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	4.910	3.178
Reserva de lucro	(4.910)	1.732
Saldo final	-	4.910

Dividendos - Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 50%, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. O saldo remanescente terá destinação deliberada em Assembleia Geral. O cálculo da destinação dos dividendos mínimos obrigatórios no exercício de 2021 ocorreu da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	577	1.059
Constituição do dividendos a distribuir	5.948	576
Dividendos distribuídos	(5.487)	(1.058)
Saldo final	1.038	577

16. Receita líquida

	31/12/2021	31/12/2020
Repasso CDE	273	368
Receita de Remuneração e Margem - Com gross up (a)	2.701	2.615
Remuneração Ativo de Concessão - Com gross-up (a)	7.074	7.369
Provisão de Performance	-	56
(-) Revisão de Premissas - Receita Financeira	(11)	-
10.488	10.397	

Impostos sobre a receita - RAP (a)

	31/12/2021	31/12/2020
Efeito gross-up dos tributos de ativo de contrato (a)	(298)	(598)
Encargos do Consumidor	(356)	(364)
Outras despesas	(403)	(574)
(265)	(1.322)	
	8.726	(1.536)

Receita líquida

	31/12/2021	31/12/2020
18. Resultado financeiro	(32)	(198)

19. Impostos diferidos e correntes: O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue: A demonstração dos tributos apresentados na despesa é como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda e contribuição correntes	(397)	(281)
Imposto de renda e contribuição Diferidos	(32)	(794)
	(429)	(1.075)

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são decorrentes das diferenças temporárias sobre as despesas pré-operacionais e poderão ser excluídas em quotas fixas e mensais e no prazo de 05 (cinco) anos, a partir do início das operações. Os saldos de imposto de renda e contribuição social apresentados no passivo sobre a receita de clientes - CPC 47 (IFRS 15), são reconhecidos sobre a margem de implementação de infraestrutura e remuneração do ativo contratual e, será realizado na proporção das operações, considerando as receitas e custos de operação como depreciação do ativo imobilizado da concessão deduzidos de imposto de renda e contribuição social. No ano de 2020 a Companhia era tributada pelo Lucro Real. A partir de 01 de janeiro de 2021 a Companhia passou a ser tributada pelo Lucro Presumido e a despesa do imposto de renda e da contribuição social corrente de 2021, é como segue:

	2021
a) Corrente	
Regime lucro presumido/real	IRPJ CSLL
Receita básica Fronteira - AVC	8683 8683
Repasso CDE	273 273



TRANSMISSORA PORTO ALEGRENSE DE ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 10.938.103/0001-50

nanceiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração. b) Valor justo - O valor justo é mensurado pelo nível 1 da hierarquia do valor justo. A Companhia não possui nenhuma operação classificada na hierarquia do valor justo níveis 2. (i) Fatores de riscos - c) Risco de crédito - Está associado a uma eventual impossibilidade da Companhia de realizar seus direitos provenientes de contas a receber de concessionárias e permissionárias, caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; (j) Contas a receber de concessionárias e permissionárias; a Companhia por força dos contratos mantidos junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias outros agentes, está sujeita a regulação da prestação de seus serviços vinculados à rede básica. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo: risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de instituições financeiras de primeira linha e sem estabelecimentos de limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras. d) Risco de liquidez - A Companhia adota

como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez. e) Operações com instrumentos financeiros derivativos - Para o exercício findo em 31/12/2021 e 2020, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos. f) Riscos de mercado - (i) Risco de taxas de juros: decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. (ii) Risco de preço: As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada cinco anos, limitada a três revisões, as quais consistem unicamente no ajuste do custo da dívida, caso seja aplicável, onde o regulador toma por base o custo da TJP. g) Risco de regulamentação - As atividades da Companhia, assim como das demais empresas do setor de energia, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia, assim como nas demais companhias de transmissão. h) Risco de Capital - A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. O índice de endividamento é de 88,16% em 31/12/2021. 22. Cobertura de seguros: A Companhia possui um contrato de

seguro com apólice 046692021100101180001540 pela FairFax Brasil Seguros Cooperativos S.A., com cobertura de danos materiais e lucros cessantes, com vigência até 28/05/2022. Limite máximo de indenização é de R\$ 48 milhões. E, também, possui um contrato de seguro de responsabilidade civil, apólice 02852.2021.0021.0351.0006279, com cobertura de R\$ 15 milhões. 23. Evento subsequente: No dia 22/04/21, ocorreu um desligamento da Linha de Transmissão não programado ocasionado pela empresa CCR, por conta estudos de sondagens de solo, perfurando a fase C em dois pontos e danificando a fase Reserva. Imediatamente após o desligamento, a equipe de O&M da CEEE e da TPAE foram acionadas providenciando todas as ações necessárias para o reestabelecimento do sistema e suprimentos necessários para execução das emendas nos cabos LTS 230KV. Devido à extensão dos danos e complexidade dos cabos subterrâneos, os reparos duraram 22 dias e, em 14/05/21, houve o restabelecimento total do sistema TPAE. O seguro foi acionado imediatamente após o evento, através da comunicação de sinistro, e após análise e regulação houve o pagamento de indenização de R\$ 0,8 milhões, em 15/02/21. A partir de junho/21 a disponibilidade da LT ficou em 100%.

Diretoria Executiva

Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca - Diretora Financeira
Vagner Alexandre Serratto - Diretor de Operações
Responsável técnico pelas informações contábeis
Leandro Barbalho de Brito
Contador CRC-RJ 092.334/O-9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras
Aos Acionistas, Diretores e Administradores da Transmissora Porto Alegre de Energia S.A. - Rio de Janeiro - RJ - Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Transmissora Porto Alegre de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31/12/2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes - As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31/12/2020 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 22/04/2021, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. Outras informações que acompanham as demonstrações e o relatório do auditor - A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório

está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras - A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Diretoria são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante

nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 04 de abril de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Roberto Cesar Andrade dos Santos
CRC - 2SP015199/O-6 Contador CRC - 1RJ093771/O-9

País

BEM CONTRA O MAL

Bolsonaro volta a incitar militares contra democracia

MATEUS VARGAS E MARIANNA HOLANDA/FOLHAPRESS

Em evento com militares no Palácio do Planalto, o presidente Jair Bolsonaro (PL) voltou a falar em disputa do "bem contra o mal" e citou a possibilidade de "sacrifício da própria vida" em nome da pátria.

"Se a pátria um dia voltar a nos chamar, por ela tudo faremos. Até mesmo em sacrifício da própria vida", disse o presidente ontem.

Sem citar as eleições, Bolsonaro voltou a afirmar que há uma disputa do bem contra o

mal no Brasil. "O bem sempre venceu e vencerá também essa batalha que temos pela frente", disse, sem detalhar a que tipo de batalha se referia.

O presidente participou de cerimônia de cumprimento aos oficiais-generais promovidos.

Bolsonaro fez diversos agradecimentos às Forças Armadas e se cercou de militares durante o seu governo. O general Walter Braga Netto, ex-ministro da Defesa, filiou-se ao PL com a expectativa de ser vice na chapa do mandatário neste ano.

Na última sexta-feira, Bolsonaro participou da posse do novo ministro da Defesa, Paulo

Sérgio Nogueira, e do novo comandante do Exército, Marco Antônio Freire Gomes. Em discurso na ocasião, disse que há decisões que fogem do político e vão para o militar.

"Nós todos aqui, sem exceção, somos privilegiados. Vivemos um momento onde há decisões e em última análise fogem em campo político e vem pro campo militar", afirmou.

Como mostrou o jornal Folha de S.Paulo, Bolsonaro tenta ampliar sua influência no Comando do Exército em ano eleitoral.

No evento de terça-feira, o presidente disse que o ministro da Defesa tem maior destaque

entre a sua equipe, "pois tem a tropa em suas mãos". "É o que em última análise poderá fazer o país rumar em direção à normalidade, ao progresso e à paz", declarou.

Bolsonaro ainda afirmou que o Brasil enfrenta problemas internos e "açóites quase diários". "Não para defender a pátria, mas por interesses pessoais de alguns poucos que podem muito, mas não podem tudo."

Ele não citou quem seria autor dos "açóites", mas já se referiu anteriormente a ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) como autoridades que teriam, na visão dele, poder excessivo.

ELEIÇÕES

'Eu mudei, o Alckmin mudou', diz Lula sobre seu provável vice

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse ontem que se reunirá com o PSB na próxima sexta-feira para definir se o ex-governador Geraldo Alckmin (PSB) será seu vice na disputa à Presidência neste ano.

Em entrevista à rádio paraense Lagoa Dourada, ele afirmou que o PSB deve propor oficialmente o nome do paulista para a chapa no encontro.

"Eu e Alckmin podemos estar juntos na chapa. Vou ter reunião na sexta-feira em que o PSB vai propor o Alckmin de vice, e isso nós vamos levar para discutir no PT", afirmou.

Sobre as desavenças dos dois no passado, o ex-presidente disse que ambos mudaram.

"Eu mudei, o Alckmin mudou e acho que o Brasil precisa dessa mudança para que a gente possa reconstruir. Eu fui adversário do Alckmin, não fui inimigo, e feliz era o Brasil no tempo em que a disputa era entre dois partidos democráticos [...], porque tinha um debate civilizado, so-

bre programa de governo."

Lula também se mostrou otimista sobre uma eventual aliança com o ex-tucano. "Se estivermos juntos, vamos reconstruir o Brasil, porque somos dois democratas. Gostamos da democracia, exercemos a democracia e temos como prova o exercício dos nossos mandatos", declarou.

TRANSPORTE ESCOLAR

TCU suspende licitação para compra de ônibus

MARCELO ROCHA/FOLHAPRESS

O ministro Walton Alencar Rodrigues, do TCU (Tribunal de Contas da União), suspendeu a homologação de um pregão eletrônico, modalidade de licitação, para a compra de até 3.850 ônibus escolares. Segundo ele, é preciso avaliar suspeita de sobrepreço.

Na manhã de ontem, o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação) recebeu as propostas das empresas interessadas em fornecer quatro modelos de veículos à administração do presidente Jair Bolsonaro (PL).

De acordo com informações do portal de acompanhamento das licitações do governo federal, a despesa pode chegar a um valor global de R\$ 1,6 bilhão. Esse montante leva em consideração os lances mais vantajosos para

os cofres públicos.

Os técnicos encarregados do pregão vão analisar as propostas, o que inclui uma avaliação sobre a capacidade do licitante em fornecer o produto. A concretização do negócio, no entanto, está suspensa em razão do que determinou o ministro do TCU.

Rodrigues atendeu a um pedido dos deputados Tabata Amaral (PSB-SP) e Felipe Rigoni (União Brasil-ES), além do senador Alessandro Vieira (PSDB-SE). Os três relataram ao tribunal possíveis irregularidades ocorridas na fase preparatória do processo eletrônico.

Os opositores ao Palácio do Planalto acionaram a corte de contas após o jornal O Estado de S. Paulo publicar reportagem sobre indícios de sobrepreço no pregão. O preço majorado representaria gasto adicional de R\$ 732 milhões.

ROSIENE CARVALHO/FOLHAPRESS

Um despacho da Direção de Proteção Territorial da Funai (Fundação Nacional do Índio) para o gabinete da presidência do órgão, obtido pela reportagem, indica assédio e suposta tentativa de retaliação a servidores após o encontro de vestígios da presença de indígenas isolados em Ituna-Itatá, no Pará.

Procurada, a fundação não respondeu aos questionamentos da reportagem.

A Funai realizou expedição na terra indígena, que fica nos municípios de Altamira e Senador José Porfírio, em novembro do ano passado, para decidir sobre a continuidade da restrição de uso da terra, renovada há 11 anos.

A renovação costuma ter pe-

riodicidade de três anos, segundo o indigenista Elias Bigio, ex-coordenador-geral da Coordenação de Índios Isolados da Funai.

O órgão comunicou a inexistência de indígenas isolados mesmo após encontrar vestígios que, na avaliação de indigenistas, indicam forte sinal de presença desses grupos. A nota técnica foi assinada pelo diretor de

Proteção Territorial da Funai, César Augusto Martinez.

Ituna-Itatá é uma das terras indígenas mais desmatadas do país. Segundo a Coiab (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira) e a OPI (Organização dos Povos Isolados), os últimos três anos do governo Jair Bolsonaro (PL) representam 84,5% dos 22.076,6 hectares desmatados.



SECRETARIA DE FAZENDA

SP cassa aposentadoria de ex-fiscal considerada 'rainha da corrupção'

ARTUR RODRIGUES/FOLHAPRESS

O Governo de São Paulo cassou ontem a aposentadoria da ex-servidora Ideli Dalva Ferrari, suspeita de enriquecimento ilícito e chamada por um delator de "rainha da corrupção".

Ideli era fiscal de rendas da Secretaria da Fazenda e se aposentou em 2016. Embora tivesse uma remuneração de aproximadamente R\$ 13 mil antes da aposentadoria, a Promotora, em ação civil, afirmou que ela e familiares compraram 44 imóveis e movimentaram R\$ 10 milhões, sem comprovar a origem do dinheiro. Parte das transações usou dinheiro em espécie.

A reportagem procurou nesta terça advogados que defenderam Ideli, mas não obteve resposta até a publicação deste texto.

De acordo com a administração estadual, agora sob gestão Rodrigo Garcia (PSDB), Ideli "teve a cassação de sua aposentadoria determinada em razão de conduta configurada em improbidade administrativa por enriquecimento ilícito, uma vez que não foram comprovados os ganhos que sustentem a variação patrimonial e demais despesas identificadas".

Ela foi acusada pelo Ministério Público de São Paulo de improbidade em uma ação civil apresentada em 2018 pelo

promotor Marcelo Milani.

Ideli foi mencionada na delação de Ananias José do Nascimento, um ex-agente fiscal de rendas envolvido na máfia do ICMS – esquema de pagamentos de propinas de empresas a agentes públicos para evitar cobranças tributárias.

Segundo Ananias, Ideli era conhecida como "rainha da corrupção" na Secretaria da Fazenda.

A defesa dela entrou com ação na Justiça contra o delator que citou a alcinha e perdeu. Sua defesa afirma que "a atribuição do título [pelo delator] induz a crer que a interpelante estaria envolvida em condutas irregulares e assevera-se inverídica, leviana e absurda".

Os advogados dizem que Ideli trabalhou por 35 anos na Fazenda estadual de forma legítima, manteve "atuação irretoçável" e não se envolveu em ilícito. A defesa dela havia sugerido, no pedido de explicações, que iria buscar uma reparação por danos morais do delator que a mencionou em seu acordo.

O pedido não foi aceito pela 8ª Câmara de Direito Privado do TJ-SP. "A autora busca coagir o apelado a dar explicações sobre o conteúdo do depoimento por ele prestado junto ao Ministério Público, o que não tem cabimento", disse o desembargador Benedito Antonio Okuno em seu voto.

ASSÉDIO

Ex-presidente do TJ-SP dispara mensagens de celular a funcionários

FÁBIO ZANINI/FOLHAPRESS

Funcionários do Tribunal de Justiça de São Paulo têm se queixado de mensagens recebidas nos seus celulares que são de número identificado como de Ivan Sartori, desembargador aposentado e ex-presidente da Corte no biênio 2012-2013. Sartori é pré-candidato a deputado federal pelo Avante.

Nas mensagens, Sartori se apresenta e fala em retomar contato. "Tudo bem? Aqui é Ivan Sartori, ex-presidente do TJ-SP. Quero retomar o contato com você para falar sobre as condições de trabalho da nossa Justiça. Podemos conversar sobre esses desafios? Na sua opinião, qual a maior dificuldade hoje do servidor do TJ-SP? Abraço", diz o texto.

Sartori diz à coluna Painei, da Folha de S.Paulo, que a mensagem foi enviada por sua equipe. "A ideia é ajudar. Entretanto, por enquanto, mandei parar, para reformulação do texto", afirma. Os funcionários dizem não saber como Sartori teve acesso a seus números de telefone e falam em possível infração à Lei Geral de Proteção de Dados. "Na verdade, a mensagem foi mandada para alguns funcionários pela minha equipe. E não fui

quem forneceu esses dados. Não os tenho, somente de alguns. Eu sei da presidência há quase dez anos e não teria condições de obter dados atualizados desses e-mails", diz o desembargador aposentado. O ex-magistrado foi candidato a prefeito de Santos pelo PSD em 2020, com o apoio do presidente Jair Bolsonaro (PL), e terminou em segundo lugar.

Ele foi criticado no julgamento do massacre do Carandiru ao votar, em 2016, pela absolvição dos 74 policiais militares, invocando a tese de legítima defesa. O advogado Marco Antonio da Costa Sabino, sócio da área de mídia e internet do escritório Mannrich e Vasconcelos Advogados, diz que "a LGPD determina que os dados só podem ser utilizados para as finalidades consentidas pelo titular. Se os funcionários reclamam do contato, é porque, provavelmente, não consentiram com ele."

Sabino, que comentou o caso sem saber quem são os envolvidos, diz que "a atividade do remetente da mensagem é privada. Logo, ele precisava do consentimento dos destinatários para enviá-la. A não ser que ele prove que obteve os dados com o consentimento dos titulares, parece haver infração à LGPD."

Nota

COCAÍNA AVALIADA EM R\$ 2,5 MI É APREENDIDA EM CARROS NO CENTRO

Dois colombianos foram presos com 115 quilos de cocaína na tarde de segunda-feira passada em um ponto clandestino de desembarque de passageiros na região do Brás, centro da capital paulista. A droga, segundo a Polícia Civil, está avaliada em cerca de R\$ 2,5 milhões. Agentes do 8º distrito policial receberam uma denúncia de que suspeitos estariam se passando por passageiros, na rua Inácio de Araújo, usada para desembarque irregular, com o suposto intuito de comercializar drogas. O Brás é conhecido por concentrar lojas de roupas a preços populares, o que atrai pessoas de todas as regiões do país. Por volta das 13h20, investigadores identificaram três homens conversando ao lado de dois carros estacionados. Os policiais se dirigiram até o trio, que percebeu a aproximação. Dois dos homens, de 20 e 51 anos, entraram em um cenário e o terceiro correu em meio à multidão, segundo a polícia.

ESTRANGEIROS

Ucranianos já são 2ª maior comunidade em Portugal

GIULIANA MIRANDA/FOLHAPRESS

Atraídos por um programa de regularização imediata que garante permissão para trabalhar e utilizar os sistemas de saúde e de segurança social, mais de 27 mil ucranianos já pediram abrigo em Portugal.

Assim, após a invasão russa, a comunidade ucraniana em território luso praticamente dobrou de tamanho, saltando da quinta para a segunda posição entre as nacionalidades estrangeiras mais presentes no país.

Agora, com cerca de 55 mil pessoas, os ucranianos só estão atrás dos brasileiros, que oficialmente contam 209 mil residentes legais em Portugal, que tem cerca de 10,1 milhões de habitantes.

O número de refugiados acolhidos pelos portugueses é, claro, bem menor do que a cifra que se dirigiu a nações vizinhas à Ucrânia, como a Polônia, onde já chegaram mais de 2,4 milhões de pessoas, mas é significativo em comparação a países europeus maiores e com economias mais pujantes.

Até agora, cerca de 25 mil ucranianos obtiveram a permissão temporária para permanecer na vizinha Espanha, enquanto aproximadamente 30 mil foram recenseados após entrarem na França.

Além da agilidade na criação de um mecanismo formal de acolhimento por parte do governo, a mobilização da comunidade ucraniana que já residia no país foi fundamental para popularizar Portugal como um destino atraente aos refugiados, apesar dos mais de 3.000 km que se-

param os dois países.

Desde os anos 1990, Portugal tem uma bem estabelecida comunidade ucraniana. Em 2020, havia cerca de 28,6 mil ucranianos residindo legalmente no país, embora o número real fosse maior, já que a conta exclui quem tem dupla cidadania portuguesa, que pode ser solicitada após cinco anos de residência no país.

Os ucranianos em Portugal se mobilizaram em várias frentes. Criada em 28 de fevereiro, quatro dias após o início da guerra, a associação Ukrainian Refugees UAPT já fretou quatro aviões para levar refugiados a Portugal e também enviou toneladas de alimentos e outros itens de ajuda humanitária até a fronteira.

"Portugal está promovendo muito ativamente sua disposição em apoiar os refugiados, o que ajuda quando as pessoas estão no processo de escolha para onde ir. Tem oferecido mais ajuda do que a Espanha, por exemplo", diz a ucraniana Kateryna Shepeliuk, 31, que participa ativamente no processo de acolhimento em Portugal por meio da iniciativa From Ukraine to Portugal (da Ucrânia para Portugal).

Logo após o começo do conflito, ela e o marido, o português David Carvalhão, montaram um site com informações que iam de opções de transporte e alojamento a questões práticas sobre impostos e matrícula em escolas. O projeto se expandiu para uma plataforma que ajuda a procurar casa e emprego, além de recolher doações e inscrições de empresas e indivíduos dispostos a ajudar os refugiados.

Nascida em Donetsk, que desde 2014 é controlada por rebeldes separatistas pró-Rússia, a

especialista em redes sociais afirma enfrentar os horrores da guerra pela segunda vez na vida. "Em 2014, minha casa e cidade foram destruídas. Minha família se mudou para Irpin, nos arredores de Kiev, para refazer a vida. Agora, mais uma vez, os rusos destruíram tudo", diz ela, que não esconde a emoção ao falar do conflito.

Aproveitando uma janela entre os ataques russos, parte da família de Kateryna conseguiu escapar da cidade junto com vizinhos. "Eram nove pessoas, três cachorros, dois papagaios e algumas malas num carro", relata ela, que acolheu tanto os familiares como os vizinhos em Figueira da Foz, no norte do país.

Segundo ela, ainda é cedo para prever como será a integração dos refugiados à vida portuguesa. No momento, a maioria ainda está à procura de emprego e de acomodações permanentes. "Há muitos profissionais qualificados na área de tecnologia, que também estão disponíveis para trabalhar remotamente, inclusive para o Brasil. Pode ser uma ótima alternativa de trabalho qualificado."

Embora o mercado português tenha agora um déficit de mão de obra em vários segmentos, com taxa de desemprego de 5,8% em fevereiro, abaixo dos 6,8% da média da zona euro no mesmo período, os profissionais ucranianos enfrentam, além da barreira linguística, as baixas remunerações no país.

Portugal tem um dos salários mínimos mais baixos da Europa: 705 euros mensais, cerca de R\$ 3.570.

Formada em administração de empresas, a ucraniana de Kiev Anastasiya Petrova, 44,

avalia aceitar uma vaga como camareira em um hotel da capital portuguesa. "As pessoas são muito simpáticas, e o processo burocrático foi simples. O problema é que as casas são muito caras aqui, e eu tenho logo de começar a ganhar dinheiro", diz ela, que chegou ao país com a filha. O marido e os pais permanecem na Ucrânia.

Dos mais de 26 mil ucranianos que solicitaram refúgio em Portugal, cerca de um terço é formado por menores de idade. O governo anunciou um programa especial de acolhimento nas escolas, incluindo aulas de português. As medidas também abarcam cidadãos de outras nacionalidades que viviam na Ucrânia e foram afetados. Do total de pedidos recebidos até agora, cerca de 5% foram feitos por não ucranianos.

Para garantir mais celeridade, o processo de refúgio pode ser enviado online, numa plataforma disponível em três idiomas, inglês, português e ucraniano – a proteção temporária tem validade de um ano e é prorrogável por dois períodos de seis meses.

Além da iniciativa nacional, várias cidades portuguesas, como Lisboa, Cascais e Loures, criaram polos de acolhimento, e diversas organizações da sociedade civil lançaram projetos de auxílio. Um dos mais procurados tem sido o serviço gratuito de profissionais inscritos na Ordem dos Advogados de Portugal.

Médicos, contadores, professores e outras categorias também têm organizado mutirões de apoio, espelhando o largo consenso político no país em torno da questão, da esquerda até a direita radical.

GUERRA

EUA e aliados farão novo míssil hipersônico contra Rússia e China

IGOR GIELOW/FOLHAPRESS

Atrás da Rússia e da China no campo dos mísseis hipersônicos, os Estados Unidos anunciam com seus aliados militares Reino Unido e Austrália que irão desenvolver uma dessas armas, consideradas vitais nas guerras do futuro.

É a segunda iniciativa militar concreta anunciada pelo chamado pacto Aukus, anunciado para a surpresa de adversários e aliados da Otan (aliança militar ocidental) em setembro do ano passado. A primeira foi a promessa de equipar a Austrália com submarinos de propulsão nuclear, alterando o balanço futuro de forças no Indo-Pacífico de olho na expansão chinesa.

Isso irritou a China, que buscou aprofundar sua cooperação com a aliada Rússia e inclusive

promoveu provocações navais na região, mas também países ocidentais como a França – que perdeu um negócio multibilionário de fornecimento de submarinos aos australianos.

Os chineses reagiram nesta terça. Seu embaixador na ONU, Zhang Jun, disse que a medida pode alimentar "crises como a da Ucrânia em outras partes do mundo", sem citar o contencioso de seu país com Taiwan, usualmente comparado ao entre Moscou e Kiev.

O anúncio é direcionado à China e à Rússia, que testou pela primeira vez em combate um míssil hipersônico na guerra da Ucrânia. Há três semanas, foram empregados modelos Kinjal, basicamente mísseis balísticos que podem voar a 10 vezes a velocidade do som.

Segundo o analista aeroespacial sênior do Instituto Interna-

cional de Estudos Estratégicos, Douglas Barrie, não há explicação militar para o uso senão o de querer testar a capacidade num ambiente de combate real e, também, fazer propaganda para o Ocidente. Isso porque os ucranianos não têm defesas aéreas efetivas contra mísseis hipersônicos com capacidade de manobra.

O recado, contudo, foi dado. Os russos desenvolvem outros modelos, como o Tsirkon, em fase avançada de testes. Já os chineses surpreenderam o Ocidente com dois testes alegados desses mísseis, o que eles não confirmam, inclusive um com um veículo planador hipersônico – que Moscou tem em operação também.

Não só chineses. Em 5 de janeiro, a Coreia do Norte disse ter testado um míssil do tipo, embora, assim como no caso de Pe-

quim, haja dúvidas sobre a real capacidade empregada.

Certeza há de que os EUA estão ficando atrás dos rivais neste campo. A grande vantagem dos hipersônicos de nova geração, dado que qualquer míssil balístico intercontinental também atinge ultravelocidades nas fase final de reentrada de suas ogivas nucleares, é que suas trajetórias podem ser alteradas em voo. Isso torna o seu abate muito mais difícil.

Testes americanos estão em passo lento, e mesmo o comando da Força Aérea já colocou a necessidade desses armamentos em questão, favorecendo a aceleração do programa do bombardeiro furtivo ao radar de nova geração B-21. Parece que isso está mudando, a começar por um ensaio de voo que o Pentágono disse ter sido bem-sucedido em março.

TURQUIA

STF nega pedido de extradição de refugiado opositor de Erdogan

O STF (Supremo Tribunal Federal) negou ontem, por unanimidade, um pedido do governo da Turquia de que o Brasil extraditasse um refugiado turco que faz parte de um movimento opositor ao presidente Recep Tayyip Erdogan, em um caso que advogados e organizações de direitos humanos dizem se tratar de perseguição política.

Radicado em São Paulo, o empresário Yakup Sagar, 54, pertence ao Hizmet, organização ligada ao

clérigo muçulmano Fethullah Gülen, ex-aliado que se tornou desafiado de Erdogan e hoje é considerado terrorista por seu governo. Além de efetuar um expurgo dos membros do movimento dentro do país, com demissões e prisões de milhares de funcionários públicos, juizes, jornalistas e intelectuais, o presidente turco tem buscado a extradição dos simpatizantes do Hizmet que se exilaram em outros países.

Trata-se do segundo caso do ti-

po no Brasil: o outro, do turco naturalizado brasileiro Ali Sipahi, também foi indeferido pelo Supremo Tribunal Federal por unanimidade.

Sagar chegou a passar 19 dias em prisão cautelar no fim do ano passado, mas foi liberado no dia 21 de dezembro, após o juiz do STF Alexandre de Moraes acatar um pedido da defesa para que ele respondesse ao processo em liberdade. No pedido de extradição, Ankara afirma que Sagar responde

por crimes como "tentativa de destruir o Estado da República da Turquia ou de impedir o Estado da República da Turquia de funcionar", "fraude qualificada pelo abuso de convicções religiosas", "ato contra a Lei de Prevenção e Financiamento ao Terrorismo" e de "pertencer a organização criminosa armada", todos previstos no código penal turco.

Ele teria cometido esses crimes em 2005, na cidade onde vivia, Zonguldak, no norte do país. 11 anos depois, o Tribunal Superior da região expediu mandado de prisão contra ele. Em 2016 marcou novo capítulo na relação de Erdogan com o Hizmet, movimento civil que possuía muita penetração na sociedade turca, tendo fundado escolas, centros culturais, jornais, hospitais e fundações.